UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

PRÁTICAS DE CUIDADO TRADICIONAIS E SAÚDE MENTAL DOS POVOS INDÍGENAS

RENATHA LOHAYNNE MELO FREITAS

SÃO CRISTOVÃO/SE

2026

RENATHA LOHAYNNE MELO FREITAS

PRÁTICAS DE CUIDADO TRADICIONAIS E SAÚDE MENTAL DOS POVOS INDÍGENAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.ª PhD. Silmere Alves Santos.

SÃO CRISTOVÃO/SE

2026

RENATHA LOHAYNNE MELO FREITAS

PRÁTICAS DE CUIDADO TRADICIONAIS E SAÚDE MENTAL DOS POVOS INDÍGENAS

Banca Examinadora

gov.br
Documento assinado digitalmente
SILMERE ALVES SANTOS
Data: 14/09/2026 20:17:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª PhD Silmere Alves Santos (Orientadora)

DSS/PROSS/UFS

gov.br
Documento assinado digitalmente
MARIA HELENA SANTANA CRUZ
Data: 14/09/2026 20:57:47-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª PhD Maria Helena Santana Cruz (Examinadora 1)

PROSS/UFS

gov.br
Documento assinado digitalmente
THALYTA RAYANNA FONTES ROCHA SANTOS
Data: 21/09/2026 13:44:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Me Thalyta Rayanna Fontes Rocha Santos (Examinadora 2)

Assistente Social do CAPS II João Bebe Água

“Uma certa vez um indígena da etnia bororo me falou:” Eu posso ir para a faculdade, ser médico, ser engenheiro, ser professor, mas eu nunca vou deixar de ser indígena, pois está nos meus traços, na minha vivência, está em mim.” (Mendonça, 2014).

AGRADECIMENTOS

Concluir este Trabalho de Conclusão de Curso representa muito mais do que finalizar uma etapa acadêmica. Esta conquista carrega a história, a resistência, a ancestralidade e a força de um povo que, ao longo dos séculos, lutou para manter viva sua identidade, sua cultura e seu território.

Primeiramente, agradeço a Deus, por me conceder força, sabedoria e perseverança durante toda essa caminhada, especialmente nos momentos de dificuldade e incerteza.

À minha família, minha eterna gratidão pelo amor, apoio e incentivo incondicional. Foram vocês que me ensinaram o valor da resistência, da dignidade e da importância de nunca desistir dos meus sonhos.

À minha orientadora, Prof.ª Dra. Silmere Alves Santos, agradeço pela paciência, pelos ensinamentos, pela confiança e por toda contribuição para a construção deste trabalho. Sua orientação foi fundamental para que esta pesquisa se tornasse realidade.

Agradeço à Universidade Federal de Sergipe e ao Departamento de Serviço Social, que possibilitaram minha formação acadêmica e contribuíram para a construção do meu olhar crítico sobre a realidade social e sobre a defesa dos direitos humanos.

Aos professores e professoras que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, deixo meu reconhecimento pelos conhecimentos compartilhados e pela contribuição em minha formação profissional e humana.

Agradeço as amigas que Universidade Federal de Sergipe me deu, e principalmente a Fernanda, dividir essa jornada com você foi mais que incrível, foi magico, você trouxe leveza para os dias intensos. Obrigada por tudo, sua amizade foi essencial para a minha jornada, amo você Nanda.

Sou grata pela minha família que me incentivou até hoje, a minha mãe Cristiane, minha irmã Raquel, meu noivo João Lucas, minha vo Ilma, meu avô Luiz e minha tia Cristina, vocês foram essenciais, só tenho a agradecer por estarem me apoiando nas minhas escolhas, amo vocês,

Agradeço também a minha supervisora de estágio Paula que deixou o ambiente maravilhoso e bom de se entender, o seu olhar e escuta são lindos de se observar, grata por aprender com a melhor. E a minha amiga Debora que deixa o estágio mais engraçado e divertido, não sei o que seria de mim sem você lá, obrigada demais e amo você.

De maneira muito especial, agradeço ao povo Xokó, minha origem, minha identidade e minha inspiração. Estar aqui hoje é mais do que ocupar um espaço acadêmico; é honrar histórias, resistências e identidades construídas por gerações que nunca permitiram que sua memória fosse apagada. O povo Xokó, às margens do Rio São Francisco, é a prova viva de que identidade não se apaga, não se vende e não se negocia.

Este trabalho nasce também da minha vivência enquanto indígena Xokó. Ao longo desta pesquisa, busquei compreender como as práticas tradicionais de cuidado, a espiritualidade, os saberes ancestrais, os vínculos comunitários e a relação com o território contribuem para a saúde mental dos povos indígenas. Mais do que um objeto de estudo, este tema representa experiências vividas, histórias compartilhadas e conhecimentos transmitidos pelos mais velhos, que continuam orientando nossa forma de existir e cuidar da vida.

Agradeço aos meus ancestrais, que abriram caminhos para que hoje eu pudesse ocupar espaços historicamente negados aos povos indígenas. Cada página deste trabalho carrega a memória daqueles que resistiram às tentativas de invisibilização e apagamento cultural, preservando saberes, tradições e modos próprios de viver.

À juventude indígena, deixo minha admiração e esperança. Somos herdeiros da tradição, mas também protagonistas das transformações do presente. Somos a prova de que é possível ocupar universidades, espaços profissionais, políticos e sociais sem abandonar nossa essência, nossa cultura e nossa identidade.

Por fim, dedico este trabalho a todos os povos indígenas do Brasil que continuam resistindo, reafirmando diariamente seu direito de existir, de ser reconhecidos e de construir seus próprios futuros. Que esta pesquisa possa contribuir, ainda que modestamente, para a valorização dos saberes tradicionais, para o fortalecimento da interculturalidade e para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e comprometida com os direitos dos povos originários.

À ancestralidade, minha eterna gratidão.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

AIS – Agente Indígena de Saúde

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CLSI – Conselho Local de Saúde Indígena

CONDISI – Conselho Distrital de Saúde Indígena

DASI – Departamento de Atenção à Saúde Indígena

DGSI – Departamento de Gestão da Saúde Indígena

DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena

ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública

Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas

ISA – Instituto Socioambiental

LAPS – Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial

PNASPI – Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas

RAPS – Rede de Atenção Psicossocial

SASI – Subsistema de Atenção à Saúde Indígena

SasiSUS – Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do SUS

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena

SUS – Sistema Único de Saúde

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UBS – Unidade Básica de Saúde

RESUMO

Este estudo analisa as práticas tradicionais de cuidado dos povos indígenas e suas contribuições para a saúde mental no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Parte-se do reconhecimento de que a concepção indígena de saúde ultrapassa a ausência de doenças, envolvendo o equilíbrio entre corpo, espírito, comunidade, território e natureza. Nesse contexto, problematiza-se a predominância do modelo biomédico ocidental, que, frequentemente, desconsidera os saberes ancestrais e as especificidades culturais dos povos indígenas. O objetivo geral consiste em analisar as práticas tradicionais relacionadas à saúde mental indígena, com destaque para os rituais, a espiritualidade, o uso de plantas medicinais, as narrativas orais e o fortalecimento dos vínculos comunitários. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, utilizando-se a análise de conteúdo. Os resultados apontam que a articulação entre as políticas públicas de saúde e os saberes tradicionais pode contribuir para o fortalecimento de práticas de cuidado mais inclusivas, interculturais e territorializadas. Conclui-se que a efetivação da atenção psicossocial indígena requer o reconhecimento da autonomia cultural, o respeito às cosmologias próprias dos povos indígenas e a superação de práticas institucionais marcadas pela colonialidade.

Palavras-chave: Povos indígenas. Saúde mental. Interculturalidade. Sistema Único de Saúde. Práticas tradicionais.

ABSTRACT

This study analyzes the traditional care practices of Indigenous peoples and their contributions to mental health within the scope of the Unified Health System (SUS). It begins with the recognition that the Indigenous conception of health extends beyond the absence of disease, encompassing a balance between body, spirit, community, territory, and nature. In this context, the study critically examines the predominance of the Western biomedical model, which often disregards the ancestral knowledge and cultural specificities of Indigenous peoples. The general objective is to analyze traditional practices related to Indigenous mental health, highlighting rituals, spirituality, the use of medicinal plants, oral narratives, and the strengthening of community bonds. Methodologically, this is a qualitative study based on bibliographic and documentary research, employing content analysis. The results indicate that integrating public health policies with traditional knowledge can contribute to strengthening care practices that are more inclusive, intercultural, and grounded in specific territories. The study concludes that the effective implementation of Indigenous psychosocial care requires recognizing cultural autonomy, respecting Indigenous cosmologies, and overcoming institutional practices marked by coloniality.

Keywords: Indigenous peoples. Mental health. Interculturality. Unified Health System. Traditional practices.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....11
1 O OBJETO DE PESQUISA E SEUS ELEMENTOS.....13
2 MULTICULTURALIDADE, TRANSCULTURALIDADE E INTERCULTURALIDADE 17
2.1 Multiculturalidade: diferentes culturas e modos de viver.....17
2.2 Transculturalidade: mudanças culturais no encontro entre culturas.....19
2.3 Interculturalidade: por transformações nas relações sociais e históricas.....20
3 COSMOLOGIAS, MODOS DE VIDA E FORMAS PRÓPRIAS DE CUIDADO PRESENTES NAS COMUNIDADES INDÍGENAS.....24
3.1 Cosmologia, território e formas próprias de cuidado.....27
3.2 Corporalidade, espiritualidade e práticas tradicionais de cuidado.....31
3.3 Cosmovisão ameríndia, literatura indígena e a permanência dos saberes tradicionais...34
4 PRÁTICAS TRADICIONAIS DE CUIDADO NAS COMUNIDADES INDÍGENAS..41
4.1 O papel dos pajés, xamãs e lideranças espirituais.....41
4.2 Rituais, rezas, cantos e cerimônias tradicionais.....44
4.3 Uso de plantas medicinais e conhecimentos ancestrais.....46
4.4 Ancestralidade, território e cuidado coletivo.....49
4.5 As práticas tradicionais de cuidado e a promoção da saúde mental indígena.....52
5 POLÍTICA PÚBLICA E CUIDADOS PSICOSSOCIAIS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS.....57
5.1 Políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais.....57
5.2 O cuidado psicossocial nas comunidades tradicionais.....61
5.3 Saúde mental e a valorização dos saberes tradicionais.....66
5.4 Desafios e perspectivas para a atenção psicossocial nas comunidades tradicionais.73
5.5 A atuação do assistente social na promoção da saúde mental dos povos indígenas: desafios e possibilidades para uma prática intercultural.....78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....84
REFERÊNCIAS.....87

INTRODUÇÃO

A saúde mental dos povos indígenas tem se consolidado como uma temática de crescente relevância no campo das políticas públicas, da saúde coletiva e dos estudos sociais, especialmente diante das múltiplas vulnerabilidades enfrentadas por essas populações. Embora a Constituição Federal de 1988 e a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) tenham representado importantes avanços na garantia do direito à saúde, persistem desafios relacionados à efetivação de uma atenção que respeite as especificidades culturais, territoriais e espirituais dos povos originários. Nesse contexto, observa-se que os serviços de saúde ainda são fortemente orientados pelo modelo biomédico ocidental, o qual, em muitos casos, desconsidera os saberes ancestrais e as formas próprias de cuidado presentes nas comunidades indígenas.

O interesse por esta temática está diretamente relacionado à trajetória pessoal e à vivência da pesquisadora enquanto indígena do povo Xokó. A aproximação com os saberes, costumes, espiritualidade, território e formas coletivas de cuidado presentes em sua comunidade possibilitou perceber que a compreensão indígena sobre saúde não se limita à ausência de doenças ou ao tratamento de manifestações físicas e psíquicas. Ao contrário, está relacionada ao equilíbrio entre corpo, espírito, comunidade, território, natureza, ancestralidade e modos próprios de viver. Dessa forma, a escolha do objeto de pesquisa não surgiu apenas de uma inquietação acadêmica, mas também de uma relação construída ao longo da vida com conhecimentos e experiências que fazem parte da identidade e da memória coletiva do povo Xokó.

Nesse processo, tornou-se relevante compreender de que maneira as práticas tradicionais de cuidado permanecem presentes na vida das comunidades indígenas e quais relações estabelecem com a promoção da saúde mental. Rituais, rezas, cantos, uso de plantas medicinais, narrativas orais e conhecimentos transmitidos por anciãos, pajés e demais lideranças constituem práticas que, em diferentes contextos indígenas, estão relacionadas à espiritualidade, à identidade cultural, à coletividade e ao território. Essas formas de cuidado fazem parte de sistemas próprios de conhecimento e não devem ser compreendidas de maneira dissociada das cosmologias de cada povo.

Ao mesmo tempo, a inserção dos povos indígenas nos serviços públicos de saúde evidencia desafios para o reconhecimento dessas especificidades. O modelo biomédico ocidental permanece como uma importante referência na organização dos serviços, podendo

produzir distanciamentos quando os conhecimentos e as formas indígenas de compreender o processo saúde-doença não são considerados. Dessa maneira, torna-se necessário refletir sobre a construção de uma atenção que possibilite o diálogo entre diferentes formas de conhecimento, sem desvalorizar ou subordinar os saberes tradicionais indígenas.

Diante desse cenário, torna-se fundamental ampliar as reflexões acerca da valorização dos saberes tradicionais e da construção de práticas de cuidado interculturais capazes de promover o diálogo entre diferentes sistemas de conhecimento. Tal perspectiva contribui para o fortalecimento da atenção à saúde mental dos povos indígenas, respeitando suas especificidades culturais e reafirmando o direito à diferença previsto na legislação brasileira.

Após a introdução, este trabalho está organizado em três seções. A primeira apresenta o projeto de pesquisa, contemplando a problemática, os objetivos, a justificativa e os procedimentos metodológicos que orientam o estudo. A segunda discute os conceitos de multiculturalidade, transculturalidade e interculturalidade, bem como as cosmologias, os modos de vida e as formas próprias de cuidado presentes nas comunidades indígenas. A terceira seção aborda as políticas públicas voltadas aos povos indígenas, a atenção psicossocial e as contribuições das práticas tradicionais de cuidado para a promoção da saúde mental.

Espera-se que este estudo contribua para o fortalecimento do debate acadêmico sobre a saúde mental dos povos indígenas, subsidiando a atuação de assistentes sociais, psicólogos, demais profissionais da saúde, equipes multiprofissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), gestores públicos, pesquisadores e estudantes comprometidos com a construção de práticas interculturais de cuidado. Pretende-se, ainda, colaborar para a valorização dos saberes ancestrais e para o reconhecimento das formas próprias de cuidado desenvolvidas pelos povos indígenas, reafirmando sua importância na promoção da saúde mental e na efetivação de políticas públicas mais inclusivas, culturalmente sensíveis e comprometidas com a garantia de direitos. Nesse sentido, espera-se que as reflexões apresentadas neste trabalho contribuam para o fortalecimento de uma sociedade mais justa, plural e comprometida com o reconhecimento dos saberes, da diversidade cultural e dos direitos dos povos originários.

1 O OBJETO DE PESQUISA E SEUS ELEMENTOS

O presente estudo tem como objeto de investigação as práticas tradicionais de cuidado utilizadas pelos povos indígenas e suas contribuições para a promoção da saúde mental. Parte-se do entendimento de que essas práticas constituem sistemas próprios de produção do cuidado, fundamentados em conhecimentos ancestrais, na espiritualidade, na relação com o território e na organização coletiva das comunidades. Diferentemente da perspectiva biomédica, que frequentemente compreende a saúde a partir de aspectos biológicos e individuais, as concepções indígenas consideram o bem-estar como resultado da interação entre dimensões físicas, emocionais, espirituais, culturais e ambientais.

Nas diferentes etnias indígenas brasileiras, a saúde mental está diretamente relacionada ao equilíbrio das relações entre pessoas, comunidade, território, natureza e espiritualidade. Isso significa que experiências de sofrimento não são interpretadas apenas como manifestações individuais, mas também como reflexo de rupturas que afetam o conjunto das relações sociais e culturais. Assim, compreender as práticas tradicionais de cuidado exige reconhecer que elas fazem parte de um sistema mais amplo de conhecimentos, no qual rituais, cerimônias, narrativas orais, uso de plantas medicinais, atuação de pajés e transmissão dos saberes ancestrais assumem funções essenciais para a preservação do bem viver.

A saúde dos povos indígenas constitui uma questão de relevância social, política e sanitária, considerando a diversidade étnica, cultural, territorial e histórica que caracteriza essas populações no Brasil. O Censo Demográfico 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contabilizou **1.**694.836 pessoas indígenas no país, correspondendo a 0,8% da população brasileira. Desse contingente, 622.844 pessoas indígenas residiam em Terras Indígenas oficialmente delimitadas, enquanto parcela significativa encontrava-se fora desses territórios, demonstrando que a presença indígena também se estende aos espaços urbanos e rurais não classificados como Terras Indígenas (IBGE, 2025**).**

Os dados do Censo 2022 também evidenciam a expressiva diversidade dos povos indígenas brasileiros. O IBGE identificou diferentes etnias, povos e grupos indígenas, além de uma ampla diversidade linguística. A investigação censitária contemplou, ainda, aspectos relacionados à alfabetização, aos registros de nascimento e às condições de saneamento dos domicílios, permitindo uma compreensão mais ampla das condições sociais e territoriais da

população indígena. Dessa maneira, os dados oficiais reforçam que não é possível compreender a realidade indígena brasileira de forma homogênea, sendo necessário considerar as especificidades de cada povo, território e contexto sociocultural.

Essa perspectiva também evidencia que o território possui importância fundamental para a saúde dos povos indígenas. A terra não é entendida apenas como espaço de ocupação física ou de produção econômica, mas como elemento constitutivo da identidade, da memória coletiva e da espiritualidade. É no território que se realizam os rituais, se preservam os conhecimentos tradicionais e se fortalecem as relações entre as diferentes gerações. Por essa razão, processos de perda territorial, degradação ambiental e enfraquecimento das práticas culturais podem repercutir diretamente sobre a saúde mental das comunidades, comprometendo seus modos de vida e suas formas de organização social.

Embora a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas tenha representado importante avanço na garantia do direito à atenção diferenciada, observa-se que muitos serviços de saúde ainda apresentam dificuldades para reconhecer e incorporar os conhecimentos tradicionais aos processos de cuidado. Em grande medida, permanece predominante uma lógica biomédica centrada no tratamento da doença e na medicalização, que frequentemente desconsidera as cosmologias indígenas, seus sistemas próprios de cuidado e suas formas particulares de compreender o processo saúde-doença. Essa realidade evidencia a necessidade de ampliar o debate acerca das contribuições dos saberes tradicionais para a promoção da saúde mental e para a construção de práticas de cuidado interculturais no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Nesse contexto, a Política Nacional de Humanização (PNH) contribui para ampliar a compreensão acerca das relações estabelecidas nos serviços de saúde, ao valorizar o acolhimento, a escuta, o vínculo, a participação dos sujeitos e a construção coletiva do cuidado. A humanização propõe que usuários e trabalhadores sejam reconhecidos como sujeitos do processo de produção da saúde, considerando suas necessidades, experiências e singularidades.

Essa perspectiva estabelece uma possibilidade de diálogo com as práticas tradicionais de cuidado dos povos indígenas, especialmente pela importância atribuída à escuta, à coletividade, aos vínculos comunitários e à compreensão ampliada do processo de cuidado. Entretanto, essa aproximação deve ocorrer de maneira crítica, evitando reduzir os conhecimentos indígenas a instrumentos ou técnicas que possam simplesmente ser incorporados pelos serviços de saúde. Os saberes tradicionais estão inseridos em sistemas

culturais próprios e possuem significados relacionados à espiritualidade, à ancestralidade, ao território e à organização comunitária.

Essa realidade social e territorial também se relaciona aos processos de saúde e adoecimento vivenciados pelos povos indígenas. Francisco et al. (2024), ao analisarem dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 referentes à população indígena adulta e idosa não aldeada, identificaram que aproximadamente 60% dos participantes apresentavam pelo menos uma doença ou condição crônica. Entre as condições mais frequentes estavam a hipertensão arterial, os problemas crônicos da coluna vertebral, a hipercolesterolemia, a depressão e a artrite ou reumatismo. Os autores também identificaram a ocorrência de multimorbidade, evidenciando a presença simultânea de diferentes condições de saúde entre essa população.

Entretanto, esses dados devem ser compreendidos considerando as especificidades da população indígena e as condições sociais, territoriais e culturais que atravessam seus processos de saúde e adoecimento. O próprio estudo ressalta que a pesquisa foi realizada com indígenas não aldeados, não permitindo que seus resultados sejam generalizados para o conjunto da população indígena brasileira, especialmente para aqueles que vivem em territórios indígenas. Além disso, os autores destacam dificuldades relacionadas ao acesso e à qualidade dos serviços de saúde, à precariedade de estruturas em alguns territórios, à rotatividade dos profissionais e à insuficiente formação para o reconhecimento das especificidades culturais e da diversidade de saberes indígenas.

Nesse sentido, o adoecimento não deve ser compreendido exclusivamente como um fenômeno individual ou biológico, mas também em sua relação com as condições concretas de existência, com o território, com a comunidade e com os modos próprios de vida. As transformações ambientais e territoriais, as desigualdades sociais, as mudanças nos modos de vida e as dificuldades de acesso aos serviços de saúde podem produzir diferentes repercussões sobre as condições de saúde das comunidades indígenas. Francisco et al. (2024) destacam, inclusive, que as doenças crônicas podem estar relacionadas aos impactos das estratégias de subsistência e das mudanças ambientais e territoriais vivenciadas por essas populações.

A discussão também se aproxima das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), na medida em que estas ampliam as possibilidades de cuidado no âmbito do Sistema Único de Saúde e contribuem para uma compreensão mais integral da saúde. No entanto, no contexto dos povos indígenas, é necessário diferenciar a utilização institucional de determinadas práticas integrativas do reconhecimento dos sistemas tradicionais de conhecimento. As práticas indígenas não devem ser apropriadas ou descaracterizadas para serem enquadradas exclusivamente como recursos complementares ao modelo biomédico.

Dessa maneira, a Política Nacional de Humanização e as Práticas Integrativas e Complementares podem contribuir para a reflexão sobre formas mais integrais de cuidado, desde que articuladas ao respeito à diversidade cultural e à autonomia dos povos indígenas. A construção de uma atenção verdadeiramente intercultural pressupõe o diálogo entre diferentes conhecimentos, sem estabelecer uma relação de superioridade entre o saber científico ocidental e os conhecimentos tradicionais.

As práticas de cuidado psicossocial tradicionais, que envolvem saberes ancestrais sobre a saúde mental e o sofrimento psíquico, são estruturadas a partir de uma visão integral da pessoa, que abrange o corpo, a mente, o espírito e a coletividade. Essas práticas, em grande parte, estão vinculadas a rituais, cerimônias e conhecimentos espirituais passados por gerações, que são profundamente conectados à cosmologia, aos territórios e à identidade cultural de cada povo indígena. No entanto, essas abordagens são frequentemente desconsideradas ou mal compreendidas pelos profissionais de saúde que atuam no SUS, que ainda tendem a seguir um modelo biomédico ocidental, muitas vezes ineficaz ou inadequado para o contexto indígena.

A realização desta pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar o conhecimento científico acerca das formas próprias de cuidado desenvolvidas pelos povos indígenas, especialmente no que se refere à promoção da saúde mental. Embora a produção acadêmica sobre saúde indígena tenha se ampliado nas últimas décadas, ainda são limitados os estudos que abordam essa temática a partir das cosmologias indígenas e dos saberes tradicionais, valorizando as interpretações produzidas pelas próprias comunidades. Nesse sentido, a pesquisa pretende contribuir para o aprofundamento das discussões sobre os diferentes sistemas de cuidado presentes no contexto brasileiro, reconhecendo os conhecimentos indígenas como formas legítimas de produzir saúde e fortalecer o bem viver.

A diversidade constitui uma categoria central para a compreensão da realidade dos povos indígenas e das diferentes formas de produção do cuidado em saúde. No contexto indígena, a diversidade não se restringe às diferenças étnicas, mas envolve também distintas línguas, histórias, territorialidades, formas de organização social, cosmologias, espiritualidades, práticas culturais e concepções sobre saúde, doença e cuidado. Desse modo, compreender a saúde dos povos indígenas exige reconhecer que não existe uma experiência indígena única e homogênea, sendo necessário considerar as particularidades de cada povo e de cada território.

Essa compreensão é fundamental para a análise da saúde mental, uma vez que as formas de interpretar o sofrimento, o equilíbrio, a doença e a cura estão relacionadas aos

sistemas culturais e aos conhecimentos próprios de cada comunidade. As práticas tradicionais de cuidado, portanto, não podem ser compreendidas como procedimentos universais ou desvinculados de seus contextos socioculturais. Elas constituem expressões de conhecimentos historicamente produzidos e transmitidos entre gerações, articulados à ancestralidade, à espiritualidade, ao território e à vida coletiva.

No caso do povo Xokó, ao qual pertence a pesquisadora, a diversidade manifesta-se na relação entre identidade, território, memória, ancestralidade e organização comunitária. A vivência da pesquisadora na Aldeia Xokó constitui uma referência de pertencimento e aproximação com a temática, permitindo reconhecer a importância dos saberes tradicionais na construção da identidade e das formas próprias de cuidado. Essa experiência, entretanto, não é tomada como representação da totalidade dos povos indígenas, considerando a diversidade existente entre diferentes povos e comunidades.

Assim, reconhecer a diversidade significa também questionar perspectivas homogeneizadoras que tratam os povos indígenas como um grupo único e indiferenciado. No campo da saúde, essa homogeneização pode resultar na elaboração de práticas e políticas que não correspondem às necessidades e aos modos próprios de vida das comunidades. A valorização da diversidade, portanto, constitui condição fundamental para a construção de uma atenção diferenciada, culturalmente sensível e comprometida com a autonomia dos povos indígenas.

Nesse contexto, insere-se o povo Xokó, ao qual pertence a pesquisadora. A relação da pesquisadora com a temática está diretamente vinculada à sua vivência enquanto indígena Xokó e à aproximação construída ao longo da vida com os saberes, costumes, espiritualidade, território e formas coletivas de cuidado presentes em sua comunidade. Essa experiência possibilitou compreender que, para além da ausência de doenças ou do tratamento de manifestações físicas e psíquicas, a saúde está relacionada ao equilíbrio entre corpo, espírito, comunidade, território, natureza, ancestralidade e modos próprios de viver.

Em Sergipe, o IBGE identifica a presença de diferentes localidades e territórios indígenas, entre eles a Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, relacionada ao povo Xokó. A comunidade Xokó, localizada às margens do Rio São Francisco, constitui um importante espaço de preservação da identidade, da memória, da ancestralidade e dos modos próprios de vida do povo. A relação com o território apresenta papel fundamental para a continuidade das práticas culturais e para a transmissão dos conhecimentos entre as diferentes gerações.

A realidade do povo Xokó permite compreender que o território não representa apenas um espaço físico de moradia, mas constitui parte da identidade e da memória coletiva. É no

território que se estabelecem relações com a natureza, com os ancestrais e com a comunidade, além de serem preservados conhecimentos e práticas que integram os modos próprios de viver e cuidar. Dessa maneira, discutir saúde mental indígena exige considerar a relação entre território, identidade, espiritualidade, ancestralidade e coletividade.

Além disso, no âmbito das políticas públicas, compreender as práticas tradicionais de cuidado psicossocial pode subsidiar a construção de estratégias de atenção à saúde mental mais sensíveis às especificidades culturais dos povos indígenas, fortalecendo a efetivação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) e do princípio da integralidade do SUS. A investigação das práticas tradicionais de cuidado psicossocial e de suas contribuições para o Sistema Único de Saúde torna-se, portanto, essencial para a construção de políticas públicas mais inclusivas, eficazes e culturalmente sensíveis. Compreender essas práticas permite não apenas ampliar o debate acadêmico, mas também colaborar para a qualificação dos serviços ofertados, respeitando as cosmologias, os modos de vida e as formas próprias de cuidado presentes nas comunidades indígenas.

A discussão sobre a diversidade, os direitos dos povos indígenas e as formas próprias de cuidado também se relaciona diretamente aos princípios éticos que orientam o exercício profissional do Serviço Social. O Código de Ética Profissional do/a Assistente Social estabelece princípios vinculados à defesa intransigente dos direitos humanos, à ampliação e consolidação da cidadania, à eliminação de todas as formas de preconceito e ao exercício profissional pautado no respeito à diversidade.

No contexto da saúde indígena, esses princípios assumem especial relevância, considerando que a atuação profissional deve reconhecer os povos indígenas como sujeitos de direitos, respeitando suas identidades, culturas, territórios, cosmologias e formas próprias de organização social. O respeito à diversidade, nesse sentido, não significa apenas reconhecer diferenças culturais, mas também combater práticas institucionais que produzam discriminação, silenciamento, tutela ou imposição de modelos externos de cuidado.

A atuação do assistente social junto aos povos indígenas requer, portanto, uma postura ética e crítica diante das relações de poder presentes nas políticas públicas e nos serviços de saúde. Cabe ao profissional contribuir para a garantia do acesso aos direitos sociais, fortalecer a participação dos usuários e comunidades e reconhecer sua autonomia, sem substituir ou deslegitimar seus conhecimentos e suas formas próprias de organização.

Essa perspectiva aproxima-se da interculturalidade crítica adotada nesta pesquisa, uma vez que ambas pressupõem o enfrentamento das desigualdades e das formas de hierarquização que historicamente marcaram as relações entre diferentes grupos sociais e sistemas de

conhecimento. No âmbito da saúde indígena, o compromisso ético do Serviço Social implica reconhecer a diversidade como elemento constitutivo da sociedade e atuar na construção de respostas profissionais que respeitem as particularidades culturais e territoriais dos povos indígenas.

Sob o ponto de vista social e profissional, o estudo busca contribuir para a valorização dos saberes ancestrais e para o reconhecimento das práticas tradicionais de cuidado como elementos fundamentais na organização da vida comunitária indígena. Espera-se que os resultados possam subsidiar assistentes sociais, profissionais da saúde, pesquisadores e gestores públicos na construção de práticas e políticas mais sensíveis às especificidades culturais dos povos indígenas, fortalecendo os princípios da interculturalidade e da atenção diferenciada.

Essa temática possui significado pessoal para a pesquisadora, enquanto indígena da Aldeia Xokó. Essa trajetória proporciona uma aproximação crítica e comprometida com a realidade investigada, fortalecendo o compromisso ético-político com a valorização dos saberes ancestrais, a defesa dos direitos dos povos indígenas e a produção de conhecimentos comprometidos com a justiça social e o reconhecimento da diversidade cultural.

Diante desse contexto, a pesquisa busca responder à seguinte questão: de que maneira as práticas tradicionais de cuidado desenvolvidas pelos povos indígenas contribuem para a promoção da saúde mental e para a manutenção do bem viver nas comunidades indígenas?

Parte-se da hipótese de que as práticas tradicionais de cuidado constituem importantes estratégias de promoção da saúde mental, uma vez que articulam espiritualidade, território, ancestralidade, coletividade e identidade cultural em uma concepção ampliada de cuidado. Considera-se, ainda, que esses conhecimentos fortalecem os vínculos comunitários, favorecem a preservação dos modos de vida indígenas e contribuem para a manutenção do bem viver. Pressupõe-se também que o reconhecimento e a valorização dessas práticas podem ampliar a compreensão sobre a saúde mental, estimulando o diálogo entre diferentes sistemas de conhecimento e contribuindo para a construção de práticas de cuidado culturalmente sensíveis.

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar as práticas tradicionais de cuidado desenvolvidas pelos povos indígenas relacionadas à promoção da saúde mental e à manutenção do bem viver nas comunidades indígenas. Como objetivos específicos, pretende-se identificar as principais práticas tradicionais de cuidado presentes nas comunidades indígenas; compreender a relação dessas práticas com a promoção da saúde mental e do bem viver; discutir como as cosmologias indígenas orientam essas formas próprias de cuidado; e

evidenciar as contribuições dos saberes tradicionais para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à saúde dos povos indígenas.

A Metodologia dessa pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, tendo como foco a análise das práticas tradicionais de cuidado dos povos indígenas e suas contribuições para a saúde mental no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio do levantamento e da análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e outras produções acadêmicas relacionadas à saúde mental dos povos indígenas, às práticas tradicionais de cuidado, à interculturalidade, à atenção psicossocial e à atuação das políticas públicas de saúde. A pesquisa documental contemplou documentos oficiais, legislações, e materiais institucionais relacionados à saúde indígena e à organização da atenção à saúde no SUS.

Para a seleção do material analisado, foram consideradas produções que apresentavam relação direta com o objeto de pesquisa e com os objetivos propostos, priorizando-se conteúdos que possibilitassem compreender as especificidades culturais dos povos indígenas, seus modos próprios de cuidado e as relações estabelecidas entre território, espiritualidade, vínculos comunitários e saúde mental.

A análise do material foi realizada por meio da análise de conteúdo, buscando identificar, organizar e interpretar os principais sentidos presentes nas produções selecionadas. Conforme os objetivos da pesquisa, foram consideradas categorias relacionadas às práticas tradicionais de cuidado, saúde mental, diversidade, interculturalidade, território, espiritualidade, vínculos comunitários e atenção psicossocial.

Desse modo, a análise possibilitou compreender como os saberes e as práticas tradicionais indígenas podem contribuir para a promoção da saúde mental e para o fortalecimento do bem viver, considerando as especificidades culturais de cada povo e a necessidade de construção de práticas de cuidado pautadas no diálogo intercultural e no respeito aos conhecimentos tradicionais.

A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar a compreensão dos significados, valores, concepções de saúde, doença e cuidado presentes nas cosmologias indígenas, aspectos que não podem ser reduzidos a análises quantitativas. Complementarmente, a pesquisa documental contemplou a análise da Constituição Federal de 1988, da Lei nº 8.080/1990, da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), das diretrizes da Rede de Atenção Psicossocial e de outros documentos normativos relacionados à temática. Os dados foram analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo, permitindo interpretar criticamente os significados presentes na produção científica e nos documentos

selecionados, buscando compreender as contribuições das práticas tradicionais de cuidado para a promoção da saúde mental e para a manutenção do bem viver nas comunidades indígenas.

2 MULTICULTURALIDADE, TRANSCULTURALIDADE E INTERCULTURALIDADE

Estes os três conceitos estão profundamente conectados: a multiculturalidade reconhece a existência da diversidade cultural, a interculturalidade propõe diálogo respeitoso entre essas culturas, e a transculturalidade analisa as mudanças culturais produzidas pelo contato entre elas. Nos estudos sobre povos indígenas, esses conceitos ajudam a compreender os impactos históricos da colonização, os processos de resistência cultural e a importância da valorização da ancestralidade e dos saberes tradicionais. As reflexões de autores indígenas como Ailton Krenak, Davi Kopenawa, Daniel Munduruku e Eliane Potiguara demonstram que reconhecer e respeitar diferentes formas de existência é fundamental para construir relações sociais mais humanas, sustentáveis e inclusivas.

2.1 Multiculturalidade: diferentes culturas e modos de viver

O termo multiculturalidade utiliza o prefixo multi que, no dicionário, indica muito, numeroso. A multiculturalidade implica um conjunto de culturas em contato, mas sem se misturar: trata-se de várias culturas no mesmo patamar. As diferenças ficam estanques e separadas em cada cultura, possibilitando pensar no que os antropólogos chamam a lógica do Um, que só tem uma verdade a seguir e uma forma de pensar o mundo. Aquela forma única não admite contraponto de ideias, nem ser discutida ou questionada. Baseia-se em uma lógica binária, na qual uma ideia é correta e outra é diferente e incorreta, só se complementando ideias similares e tentando se afastar aqueles conceitos que contrariam o pensamento predominante.

A multiculturalidade refere-se à existência de diferentes culturas convivendo em um mesmo espaço social. Esse conceito reconhece a diversidade cultural presente na sociedade e valoriza a pluralidade de identidades, tradições, crenças, línguas e modos de vida. Na

multiculturalidade, diferentes grupos culturais coexistem, mas nem sempre existe diálogo ou integração profunda entre eles. Muitas vezes, as culturas apenas compartilham o mesmo território, mantendo suas próprias características culturais.

No Brasil, a multiculturalidade é resultado da formação histórica do país, marcada pela presença de povos indígenas, africanos, europeus e diversos grupos imigrantes. Essa diversidade cultural contribuiu para a construção da identidade brasileira. Nesse sentido, a multiculturalidade busca valorizar a diversidade cultural existente na sociedade, reconhecendo que diferentes grupos sociais possuem identidades próprias que precisam ser respeitadas e preservadas. No Brasil, a multiculturalidade pode ser observada na convivência entre:

- povos indígenas;
- população negra;
- comunidades quilombolas;
- ribeirinhos;
- sertanejos;
- povos urbanos;
- diferentes religiões e tradições culturais.

Entretanto, a multiculturalidade não significa necessariamente interação entre essas culturas. Ela apenas reconhece que essas diferenças existem.

Ailton Krenak (2019, p. 11-13) critica a ideia de uma “humanidade única”, mostrando que existem diferentes formas de viver e compreender a existência. Para ele, os povos indígenas possuem conhecimentos, espiritualidades e relações com a natureza diferentes da lógica ocidental, e essa diversidade precisa ser respeitada. Para Krenak (2019, p. 16-17), essa visão universalizante ignora a diversidade cultural existente no mundo, uma vez que cada povo possui formas próprias de compreender a vida, a espiritualidade, a natureza e as relações humanas. Os povos indígenas, por exemplo, desenvolvem modos de vida baseados na coletividade, na ancestralidade e na integração entre ser humano e natureza.

Diferentemente da lógica capitalista ocidental, que frequentemente enxerga a natureza apenas como recurso econômico, muitos povos indígenas compreendem a terra como parte fundamental da existência e da continuidade da vida. O autor argumenta que a imposição de uma cultura dominante provocou profundas consequências sociais e culturais, como o apagamento de identidades, a destruição de tradições ancestrais e o enfraquecimento das relações comunitárias.

Assim, Krenak (2019, p.28-29) defende a valorização da diversidade cultural e o reconhecimento de que existem múltiplas maneiras legítimas de viver e interpretar o mundo. Nesse sentido, seu pensamento relaciona-se diretamente com a multiculturalidade, pois reforça a importância do respeito às diferentes culturas presentes na sociedade. Reconhecer a pluralidade cultural é fundamental para combater preconceitos, desigualdades e processos históricos de exclusão sofridos pelos povos indígenas.

2.2 Transculturalidade: mudanças culturais no encontro entre culturas

No dicionário, o prefixo trans é associado a uma relação química. María Laura Méndez (2018, p.25-26) nos remete à transdisciplina, como aquele formato no qual as disciplinas ficam em diálogo, apresentando bordas que as diferenciem, mas que são permeáveis, pois conseguem conversar e estabelecer trocas de ideias. A transdisciplina é uma figura na qual as disciplinas não perdem a sua especificidade, interagem e se permitem procurar nas bordas para achar o que lhes é comum e estabelecer encontros possíveis, ou respostas que deem conta de uma situação desde diversos pontos de vista. Propõe um trânsito pelo que é comum, ao mesmo tempo em que estabelece um intercâmbio a partir das bordas, e não se exige que nenhuma disciplina abandone sua perspectiva, nem sua posição.

Para instaurar um diálogo, precisam-se de pontos de vista diferentes, porém, para entrar verdadeiramente em diálogo, precisamos poder sair de nosso ponto de vista e ser o suficientemente permeáveis como para escutar o outro e permitir se modificar. O termo “transcultural” é usado fundamentalmente pela corrente austro-húngaro-francesa de pensamento, que é a etnopsicanálise. Eles combinam um olhar da antropologia conjuntamente com um olhar da psicanálise, ou seja, que trabalham na transdisciplina. Nesse trabalho, a etnopsicanálise propõe a discussão das representações culturais que providenciam um marco na construção das narrativas dos migrantes, cujo propósito é ajudar a estabelecer uma conexão entre o presente e o passado dos sujeitos que migram para outra cultura.

Assim, transculturalidade é o processo de transformação cultural que ocorre quando diferentes culturas entram em contato umas com as outras. Esse contato pode gerar trocas de costumes, crenças, valores, línguas e modos de vida. As culturas passam por mudanças e influências mútuas. O conceito também está relacionado aos impactos históricos da colonização, da globalização e da modernização sobre os povos tradicionais. Muitas vezes, esses contatos culturais aconteceram de maneira desigual, em que uma cultura dominante tentou impor seus valores sobre outra.

No contexto indígena, a transculturalidade pode ser observada durante o processo de colonização do Brasil, quando os povos originários sofreram imposições culturais europeias, como a religião, a língua portuguesa e os modelos ocidentais de organização social. Mesmo diante dessas imposições, os povos indígenas resistiram e mantiveram muitos de seus costumes, tradições e identidades culturais. Esse contato pode provocar:

- trocas culturais;
- adaptações;
- mudanças nos costumes;
- mistura de tradições;
- criação de novas identidades culturais.

Diferente da multiculturalidade, que apenas reconhece a diversidade, e da interculturalidade, que propõe diálogo, a transculturalidade analisa as mudanças culturais geradas pelo encontro entre culturas. Um indígena que vive na cidade, utiliza tecnologias modernas, fala português, mas mantém tradições espirituais e culturais de seu povo vive um processo de transculturalidade. Eurídice Figueiredo (2018) discutem em suas obras os impactos culturais provocados pelo contato entre culturas indígenas e sociedade ocidental. Ambos mostram processos de resistência cultural e preservação da ancestralidade mesmo diante das transformações sociais.

Esse contato produziu profundas transformações nos modos de vida indígenas, influenciando aspectos como língua, costumes, organização social, espiritualidade e identidade cultural. Os autores demonstram que, durante muitos anos, os povos indígenas sofreram processos de imposição cultural promovidos pela sociedade dominante, que tentou desvalorizar suas tradições e substituir seus conhecimentos ancestrais pelos padrões ocidentais. A escola, a religião, o modelo econômico capitalista e a urbanização contribuíram para o enfraquecimento de diversas práticas culturais indígenas.

Entretanto, tanto Daniel Munduruku quanto Eliane Potiguara evidenciam que os povos indígenas não abandonaram completamente suas identidades culturais. Pelo contrário, desenvolveram diferentes formas de resistência cultural, preservando elementos fundamentais de sua ancestralidade mesmo diante das transformações sociais.

2.3 Interculturalidade: por transformações nas relações sociais e históricas

A palavra começa com o prefixo inter, que, no dicionário, é identificado como posição intermediária, reciprocidade, interação, interpondo uma forma de estabelecer uma ponte, uma intermediação, um encontro, para formar uma rede na interculturalidade. Diversas ciências e distintos cientistas têm trabalhado sobre o conceito; tentaremos apresentar alguns, para aqui ensejar a discussão. A interculturalidade vai além da simples convivência entre culturas. Ela propõe o diálogo, a interação e a troca de conhecimentos entre diferentes grupos culturais, baseados no respeito mútuo e na igualdade. Esse conceito busca construir relações sociais mais justas entre culturas diferentes, sem imposição cultural ou discriminação.

A interculturalidade defende que todas as culturas possuem conhecimentos importantes e que o contato entre elas deve acontecer de maneira respeitosa. Na educação, por exemplo, a interculturalidade é utilizada para promover o diálogo entre os conhecimentos científicos e os saberes tradicionais indígenas, valorizando diferentes formas de conhecimento. Ela defende relações construídas com:

- respeito;
- escuta;
- reconhecimento das diferenças;
- valorização dos saberes de cada povo;
- convivência sem imposição cultural.

Busca superar relações de desigualdade criadas pelo colonialismo e pelo racismo estrutural. Assim, a interculturalidade não aceita que uma cultura seja considerada superior às demais.

Esse conceito é muito importante nos estudos indígenas, porque propõe que os conhecimentos tradicionais também sejam reconhecidos como formas legítimas de conhecimento. Na educação, por exemplo, a interculturalidade defende que:

- estudantes indígenas não abandonem sua cultura;
- saberes tradicionais sejam valorizados;
- exista diálogo entre conhecimento científico e conhecimento ancestral.

Uma universidade que cria políticas para incluir estudantes indígenas e valoriza seus saberes tradicionais pratica interculturalidade. Pois desenvolve de uma forma mais humana e respeitosa. Davi Kopenawa (2015, p.38-39; 466) defende que a sociedade ocidental aprenda a respeitar os conhecimentos indígenas sobre natureza, espiritualidade e equilíbrio ambiental. Seu pensamento mostra a importância do diálogo entre diferentes formas de conhecimento.

No contexto da interculturalidade, o texto “A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.” no discurso de Davi Kopenawa demonstra a importância do reconhecimento e do respeito entre diferentes formas de conhecimento e diferentes culturas. A interculturalidade defende justamente o diálogo entre culturas distintas sem que uma seja considerada superior à outra. Em sua obra, o autor critica a visão da sociedade ocidental que valoriza apenas o conhecimento científico e econômico, ignorando os saberes tradicionais indígenas.

Para o autor, os povos indígenas possuem conhecimentos fundamentais sobre a natureza, a espiritualidade e o equilíbrio ambiental, construídos ao longo de gerações por meio da ancestralidade e da convivência com a floresta.

Nesse sentido, a interculturalidade aparece como a necessidade de estabelecer diálogo entre essas diferentes formas de compreender o mundo. O pensamento de Kopenawa demonstra que os conhecimentos indígenas não devem ser vistos como inferiores ou atrasados, mas como saberes legítimos que também contribuem para a preservação da vida e do meio ambiente.

Além disso, o texto evidencia que a ausência de interculturalidade ao longo da história provocou violência, exclusão social e apagamento cultural dos povos indígenas. Durante o processo de colonização, a cultura ocidental tentou impor seus valores e modos de vida aos povos originários, sem respeitar suas tradições e espiritualidades.

Por isso, o discurso de Kopenawa aproxima-se da chamada interculturalidade crítica, que não busca apenas convivência entre culturas, mas também questiona as desigualdades históricas produzidas pelo colonialismo, pelo racismo e pela imposição cultural. As sociedades amazônicas possuem uma cosmologia que aloca em seus núcleos a corporalidade e a relação com os animais. Essa parte mostra que os povos indígenas possuem uma forma própria de compreender a natureza e a existência.

O artigo demonstra que a cosmologia Yanomami apresentada por Davi Kopenawa propõe uma relação integrada entre humanidade, natureza e espiritualidade. Nesse contexto, a interculturalidade manifesta-se na necessidade de reconhecimento e respeito entre diferentes formas de conhecimento, valorizando os saberes indígenas tradicionalmente marginalizados pela sociedade ocidental. O texto evidencia que os conhecimentos indígenas constituem formas legítimas de compreender o mundo e contribuem para reflexões sobre equilíbrio ambiental e diversidade cultural.

A transculturalidade, a multiculturalidade e a interculturalidade são conceitos que se relacionam diretamente porque todos discutem a convivência entre diferentes culturas dentro da sociedade. Embora possuam significados distintos, esses conceitos se complementam ao

analisar as relações culturais, os processos históricos de colonização, as transformações sociais e os diálogos entre diferentes povos.

A multiculturalidade refere-se ao reconhecimento da existência de diversas culturas convivendo em um mesmo espaço social. Esse conceito valoriza a diversidade cultural e defende que cada povo possui identidade própria, crenças, tradições, conhecimentos e formas específicas de compreender o mundo. A multiculturalidade surge como crítica às práticas históricas de exclusão cultural, principalmente aquelas provocadas pelo colonialismo europeu, que tentou impor uma cultura dominante sobre povos indígenas, africanos e outras populações tradicionais.

Entretanto, a multiculturalidade limita-se principalmente ao reconhecimento da diversidade cultural. Ela reconhece que existem diferentes culturas na sociedade, mas nem sempre promove interação ou diálogo entre elas. Nesse contexto, surge a interculturalidade, conceito que aprofunda essa discussão ao defender relações de diálogo, respeito e troca entre culturas diferentes.

A interculturalidade propõe que nenhuma cultura seja considerada superior às demais e busca construir convivência baseada na valorização das diferenças culturais. Além disso, a interculturalidade também questiona desigualdades históricas produzidas pelo colonialismo, pelo racismo e pela exclusão social. Por isso, a chamada interculturalidade crítica busca transformar relações sociais injustas, promovendo reconhecimento dos conhecimentos tradicionais e respeito às identidades culturais historicamente marginalizadas. Os estudos indígenas, a interculturalidade possui grande importância porque defendem que os saberes indígenas sejam reconhecidos como formas legítimas de conhecimento. Assim, os conhecimentos ancestrais relacionados à espiritualidade, à natureza e à coletividade passam a ser valorizados tanto quanto os conhecimentos científicos produzidos pela sociedade ocidental.

Já a transculturalidade refere-se aos processos de transformação cultural provocados pelo contato entre diferentes culturas. Quando povos distintos convivem, ocorrem trocas culturais, adaptações, mudanças nos costumes, nas identidades e nas formas de organização social. Essas transformações podem ocorrer de maneira pacífica ou conflituosa. No contexto da colonização, por exemplo, muitos povos indígenas sofreram processos violentos de imposição cultural, perda territorial e apagamento de tradições ancestrais.

Mesmo assim, diferentes grupos sociais conseguiram preservar elementos fundamentais de sua identidade cultural. A transculturalidade demonstra que as culturas não

permanecem completamente isoladas ou imutáveis. Elas se transformam continuamente através das relações sociais e históricas estabelecidas entre os povos.

3 COSMOLOGIAS, MODOS DE VIDA E FORMAS PRÓPRIAS DE CUIDADO PRESENTES NAS COMUNIDADES INDÍGENAS

A palavra cosmologia vem do grego kosmos, que significa “universo”, “mundo organizado”, e logos, que significa “estudo” ou “conhecimento”. Assim, cosmologia é o estudo ou a compreensão do universo. Na ciência ocidental, a cosmologia é relacionada ao estudo do surgimento do universo, dos planetas, estrelas e galáxias. Entretanto, na antropologia e nos estudos indígenas, cosmologia possui um sentido mais amplo: refere-se à maneira como um povo compreende a origem da vida, os espíritos, a natureza, os seres humanos, a saúde, a doença e as relações existentes entre todos esses elementos.

Entre os povos indígenas, a cosmologia vai além de uma explicação sobre a criação do mundo. Ela constitui uma forma de compreender a existência, orientando a maneira como as pessoas se relacionam com a natureza, com os animais, com os espíritos, com os ancestrais e com os demais membros da comunidade. Diferentemente da visão ocidental, que frequentemente estabelece uma separação entre ser humano e natureza, as cosmologias indígenas entendem que todos os seres fazem parte de uma mesma rede de relações, baseada na reciprocidade, no respeito e no equilíbrio.

Cada povo indígena possui sua própria cosmologia, construída ao longo de sua história e transmitida de geração em geração por meio da oralidade, dos rituais e das práticas culturais. Apesar dessa diversidade, muitas cosmologias compartilham princípios comuns, como a valorização da coletividade, da ancestralidade, da espiritualidade e da relação harmoniosa com o território.

Diferentemente da perspectiva predominante na sociedade ocidental, que frequentemente estabelece divisões entre ser humano e natureza, corpo e espírito ou cultura e meio ambiente, as cosmologias indígenas compreendem que todos os elementos da existência estão profundamente interligados. A vida é entendida como uma grande rede de relações, na qual pessoas, animais, plantas, rios, montanhas, ancestrais e seres espirituais ocupam posições igualmente importantes para a manutenção do equilíbrio coletivo. Nesse sentido, nenhum ser existe de forma isolada, pois todos participam da construção e da continuidade da vida.

Essa forma de compreender o mundo influencia diretamente os modos de vida das comunidades indígenas. Os conhecimentos sobre o território, a alimentação, a espiritualidade, a educação das crianças, os rituais, a organização social e as práticas de cuidado não são desenvolvidas de maneira independente, mas fazem parte de um mesmo conjunto de saberes

que orienta a vida cotidiana. Cada atividade realizada possui um significado que ultrapassa sua função prática, estando relacionada à preservação da cultura, ao fortalecimento da coletividade e à continuidade dos ensinamentos ancestrais.

Os modos de vida correspondem à forma como cada povo organiza sua existência cotidiana. Envolvem as práticas de alimentação, moradia, trabalho, educação, espiritualidade, organização familiar, produção de conhecimentos, uso do território e formas de cuidado. Nas comunidades indígenas, esses modos de vida são diretamente orientados pelas cosmologias. Isso significa que atividades como plantares, pescar, caçar, coletar alimentos, realizar rituais ou cuidar da saúde não são apenas ações práticas, mas expressam uma visão de mundo fundamentada no respeito à natureza e na manutenção do equilíbrio entre todos os seres.

O território, por exemplo, não é compreendido apenas como um espaço físico ou econômico. Ele representa um lugar de memória, ancestralidade, espiritualidade e identidade cultural. Da mesma forma, o cuidado com a saúde envolve não apenas tratamentos físicos, mas também práticas espirituais, conhecimentos tradicionais, rituais e a atuação de pajés e xamãs.

A relação entre cosmologias e modos de vida: As cosmologias indígenas orientam os modos de vida porque estabelecem princípios que organizam a convivência entre as pessoas, a natureza e o mundo espiritual. É a partir dessa visão que são construídas as práticas de cuidado, os rituais, os conhecimentos sobre plantas medicinais, a educação das crianças, a transmissão dos saberes pelos mais velhos e as formas de organização comunitária.

Assim, compreender as cosmologias indígenas é também compreender por que a saúde, a espiritualidade, o território, a coletividade e a ancestralidade ocupam um lugar central na vida dos povos indígenas. Esses elementos não são vistos de forma isolada, mas como partes de um mesmo sistema de relações que sustenta o bem viver e a continuidade da vida comunitária.

Nesse contexto, o território ocupa uma posição central. A terra não é percebida apenas como um espaço destinado à moradia ou à obtenção de recursos naturais, mas como um elemento essencial para a construção da identidade coletiva. É no território que se encontram os lugares sagrados, os caminhos percorridos pelos ancestrais, os conhecimentos sobre as plantas, os animais e os ciclos da natureza, além das memórias que sustentam a continuidade da vida comunitária. A relação estabelecida com o território é marcada pelo respeito, pela reciprocidade e pelo compromisso com sua preservação, uma vez que dele depende o equilíbrio entre todas as formas de vida.

Os modos de vida indígenas também se caracterizam pelo fortalecimento da vida comunitária. Em muitas comunidades, as decisões são tomadas coletivamente, o trabalho é compartilhado e os conhecimentos são transmitidos entre diferentes gerações por meio da convivência diária. As crianças aprendem observando os mais velhos, participando das atividades da comunidade e vivenciando os rituais e as práticas culturais. Dessa forma, o conhecimento não se limita ao ambiente escolar, mas está presente em todas as experiências cotidianas, fortalecendo os vínculos entre as pessoas e contribuindo para a preservação da identidade cultural.

Outro aspecto importante é que esses modos de vida estão fundamentados em uma compreensão ampliada do cuidado. Cuidar significa preservar não apenas a saúde física das pessoas, mas também a harmonia das relações familiares, comunitárias, espirituais e ambientais. O equilíbrio entre essas diferentes dimensões é considerado indispensável para a continuidade da vida e para o bem viver da coletividade. Assim, práticas como os rituais, os cantos, as rezas, o uso de plantas medicinais, os conhecimentos tradicionais e o respeito aos ciclos da natureza fazem parte de uma concepção de cuidado que integra corpo, mente, espiritualidade e território.

Compreender as cosmologias indígenas e seus modos de vida significa reconhecer que existem diferentes formas de produzir conhecimento e interpretar a realidade. Essas formas de compreensão do mundo expressam saberes construídos historicamente, capazes de orientar a organização social, a relação com a natureza e as práticas de cuidado desenvolvidas pelas comunidades. Reconhecer a legitimidade desses conhecimentos representa um passo importante para valorizar a diversidade cultural, combater visões estereotipadas sobre os povos indígenas e ampliar a compreensão acerca das diferentes maneiras de viver, cuidar e produzir saúde.

Essa perspectiva é aprofundada por (Langdon 2005, p.119-121), ao defender que saúde e doença não constituem fenômenos exclusivamente biológicos, mas também construções socioculturais. Para a autora, cada sociedade interpreta os processos de adoecimento a partir de seus próprios conhecimentos, valores, crenças e experiências históricas. Assim, compreender a saúde indígena exige reconhecer que as explicações sobre o corpo, a doença, a cura e o cuidado variam conforme a cosmologia de cada povo, não podendo ser reduzidas aos referenciais da medicina ocidental.

Ao discutir a construção sociocultural da doença, Langdon (2005) evidencia que os sistemas indígenas de saúde estão fundamentados em formas próprias de interpretar a realidade, nas quais aspectos físicos, espirituais, sociais e ambientais são compreendidos de

maneira integrada. Nesses sistemas, o adoecimento não decorre apenas de alterações biológicas, mas pode estar relacionado ao rompimento do equilíbrio entre a pessoa, sua comunidade, os ancestrais, os seres espirituais e o território. Consequentemente, as práticas de cuidado também ultrapassam o tratamento do corpo físico, envolvendo rituais, rezas, conhecimentos tradicionais, uso de plantas medicinais e a atuação de especialistas indígenas, como pajés e xamãs.

Essa compreensão dialoga diretamente com a concepção de cosmologia apresentada anteriormente. Se as cosmologias indígenas orientam os modos de vida e organizam as relações entre seres humanos, natureza e espiritualidade, também são elas que fundamentam as formas próprias de compreender a saúde e produzir o cuidado. Desse modo, as práticas tradicionais presentes nas comunidades indígenas não podem ser interpretadas como simples manifestações culturais ou crenças religiosas, mas como componentes de sistemas de conhecimento complexos, construídos historicamente e transmitidos entre gerações.

As formas próprias de cuidado presentes nas comunidades indígenas estão diretamente relacionadas às suas cosmologias. O cuidado não envolve apenas tratar doenças físicas, mas também preservar o equilíbrio espiritual, emocional, social e ambiental. Para muitos povos indígenas, a doença pode surgir quando existe rompimento da harmonia entre a pessoa, a comunidade, os espíritos e a natureza. Dessa forma, o processo de cura também precisa restaurar esse equilíbrio.

Nesse contexto, os pajés, xamãs e líderes espirituais possuem um papel fundamental. Eles são responsáveis por conduzir rituais, rezas, cantos e práticas de cura que utilizam conhecimentos ancestrais sobre ervas medicinais, espiritualidade e relação com os seres da floresta. Esses conhecimentos são considerados sagrados e fazem parte da identidade cultural dos povos indígenas.

Nessa perspectiva, compreender as cosmologias indígenas significa reconhecer que existem diferentes formas de produzir conhecimento e de cuidar da vida. Tal reconhecimento é fundamental para superar interpretações reducionistas sobre a saúde indígena e valorizar os saberes tradicionais como elementos essenciais para a promoção do bem viver e para a construção de práticas de saúde culturalmente sensíveis.

3.1 Cosmologia, território e formas próprias de cuidado

As cosmologias indígenas constituem a base sobre a qual se organizam as relações entre os seres humanos, a natureza, o território e o mundo espiritual. Dessa forma, compreender as formas próprias de cuidado desenvolvidas pelos povos indígenas exige reconhecer que elas não surgem isoladamente, mas estão inseridas em uma visão de mundo construída historicamente e transmitida entre gerações. O cuidado, nesse contexto, não se restringe ao tratamento das doenças, mas representa um conjunto de práticas voltadas à preservação da vida, da coletividade e do equilíbrio entre todas as formas de existência.

Entre os povos indígenas, o território ocupa uma posição central nessa organização. A terra não é compreendida apenas como um espaço físico destinado à moradia ou à produção de alimentos, mas como um lugar de pertencimento, ancestralidade, espiritualidade e construção da identidade coletiva. É no território que se encontram os rios, as matas, os animais, as plantas medicinais, os lugares sagrados e as memórias ancestrais que sustentam a continuidade da vida comunitária. Assim, a relação estabelecida com a terra ultrapassa a dimensão material, assumindo um significado cultural e espiritual indispensável para a existência dos povos indígenas.

Essa compreensão diferencia-se da lógica predominante na sociedade ocidental, em que o território costuma ser associado ao valor econômico, à exploração dos recursos naturais ou à propriedade privada. Nas cosmologias indígenas, a terra não pertence às pessoas; ao contrário, são as pessoas que pertencem ao território. Essa relação implica responsabilidades coletivas voltadas à preservação da natureza, uma vez que o equilíbrio ambiental garante também o equilíbrio da vida humana, da espiritualidade e da organização social.

Nesse sentido, Ailton Krenak (2019) afirma que a separação entre humanidade e natureza constitui uma construção da sociedade moderna, responsável por produzir diversas crises ambientais e sociais. Para o autor, os povos indígenas preservam uma relação de pertencimento com a terra, compreendendo que rios, florestas, montanhas e demais elementos naturais não representam apenas recursos disponíveis à exploração, mas sujeitos integrantes da própria existência. Dessa maneira, a preservação do território significa também preservar a memória, a cultura, a espiritualidade e as condições necessárias para a continuidade da vida.

A relação entre cosmologia e território também pode ser compreendida a partir da obra A queda do céu, na qual Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015) apresentam a cosmologia Yanomami. Nessa perspectiva, a floresta é concebida como um organismo vivo, habitado pelos xapiri, espíritos responsáveis por proteger a vida e manter o equilíbrio do mundo. Os seres humanos não ocupam uma posição superior aos demais seres da floresta, mas fazem parte de uma mesma rede de relações. Assim, qualquer intervenção que destrua o território

compromete não apenas o meio ambiente, mas também a espiritualidade, a saúde e a sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas.

Nesse sentido, Ailton Krenak (2019) afirma que a separação entre humanidade e natureza constitui uma construção da sociedade moderna, responsável por produzir diversas crises ambientais e sociais. Para o autor, os povos indígenas preservam uma relação de pertencimento com a terra, compreendendo que rios, florestas, montanhas e demais elementos naturais não representam apenas recursos disponíveis à exploração, mas sujeitos integrantes da própria existência. Dessa maneira, a preservação do território significa também preservar a memória, a cultura, a espiritualidade e as condições necessárias para a continuidade da vida.

Essa compreensão permite reconhecer que o território exerce papel fundamental na promoção da saúde indígena. Diferentemente da perspectiva biomédica, que frequentemente concentra suas ações sobre o indivíduo e o corpo físico, as cosmologias indígenas entendem que a saúde depende da manutenção do equilíbrio entre a pessoa, sua comunidade, os ancestrais, os seres espirituais e a natureza. Quando esse equilíbrio é rompido, surgem diferentes formas de adoecimento, que não podem ser explicadas exclusivamente por fatores biológicos.

Nesse contexto, Langdon (2005) ressalta que saúde e doença são construções socioculturais, cujos significados variam conforme os sistemas de conhecimento de cada sociedade. Para a autora, os povos indígenas elaboram interpretações próprias sobre o adoecimento, fundamentadas em suas cosmologias, o que exige o reconhecimento de que existem diferentes maneiras de compreender o corpo, a cura e o cuidado. Essa perspectiva amplia a compreensão sobre a saúde indígena, demonstrando que os processos terapêuticos envolvem dimensões físicas, espirituais, sociais e ambientais.

As formas próprias de cuidado presentes nas comunidades indígenas refletem essa concepção ampliada de saúde. O cuidado é entendido como um processo contínuo de manutenção da vida coletiva e do equilíbrio entre todos os seres, envolvendo conhecimentos transmitidos pelos mais velhos, práticas espirituais, observação dos ciclos da natureza e profundo conhecimento sobre os recursos existentes no território. Esses saberes constituem patrimônios culturais desenvolvidos ao longo de séculos e permanecem vivos por meio da oralidade e da convivência comunitária.

Entre essas práticas destacam-se o uso de plantas medicinais, banhos terapêuticos, defumações, massagens, rezas, cantos sagrados, jejuns, restrições alimentares, rituais de cura e cerimônias conduzidas por pajés, xamãs e outros especialistas tradicionais. Essas práticas não atuam apenas sobre o corpo físico, mas procuram restabelecer o equilíbrio entre a pessoa,

a comunidade, a espiritualidade e a natureza, reafirmando que o cuidado ultrapassa a dimensão biológica e envolve todos os aspectos da existência.

Ao analisar a cosmologia dos Kurâ-Bakairi, Barros (2010) demonstra que essas práticas de cuidado estão diretamente relacionadas à compreensão indígena sobre o corpo e a saúde. Entre esse povo, a noção de ekuru, compreendida como uma substância vital presente nos seres vivos, orienta diversas práticas terapêuticas destinadas à manutenção do equilíbrio corporal e espiritual. Procedimentos como a escarificação, por exemplo, não podem ser compreendidos apenas sob critérios biomédicos, pois possuem significados culturais, simbólicos e espirituais relacionados à proteção da vida e ao fortalecimento da pessoa diante das diferentes situações vivenciadas na comunidade.

A cosmologia Bakairi também envolve a presença dos espíritos dos mortos, que podem influenciar o mundo dos vivos. Eles acreditam que rios, matas e animais possuem espíritos protetores e forças sobrenaturais. Dessa forma, saúde e doença não são vistas apenas como fenômenos físicos, mas também espirituais e sociais. Na visão da medicina ocidental, essa prática pode parecer agressiva ou irracional. Porém, o autor mostra que, para os Bakairi, ela possui profundo significado cultural, espiritual e terapêutico. É utilizada para fortalecer o corpo, equilibrar o excesso de ekuru, tratar doenças, aliviar dores, controlar emoções e preparar o corpo para diferentes fases da vida.

Essa diversidade de práticas evidencia que os sistemas indígenas de cuidado constituem formas legítimas de produção de conhecimento e promoção da saúde. Longe de representarem práticas isoladas ou meramente tradicionais, elas expressam modos próprios de compreender a existência, articulando território, espiritualidade, coletividade e natureza em um mesmo sistema de relações. Cada prática terapêutica está inserida em um contexto cultural específico e somente pode ser plenamente compreendida quando analisada à luz da cosmologia do povo que a desenvolveu.

Reconhecer essas formas próprias de cuidado representa um passo importante para a construção de políticas públicas e práticas em saúde que respeitem a diversidade cultural dos povos indígenas. Isso implica compreender que o diálogo entre os conhecimentos tradicionais e a medicina ocidental não deve ocorrer pela substituição de um sistema pelo outro, mas pelo reconhecimento de que diferentes formas de produzir cuidado podem coexistir e contribuir para a promoção da saúde. Dessa maneira, valorizar as cosmologias indígenas significa também reconhecer a legitimidade de seus saberes, de seus territórios e de suas formas próprias de cuidar da vida, fortalecendo uma perspectiva intercultural capaz de respeitar a pluralidade dos conhecimentos existentes na sociedade brasileira.

3.2 Corporalidade, espiritualidade e práticas tradicionais de cuidado

As cosmologias indígenas orientam não apenas a maneira como os povos originários compreendem o universo e organizam seus modos de vida, mas também a forma como entendem o corpo, a espiritualidade e os processos de cuidado. Nessa perspectiva, o corpo não é concebido apenas como uma estrutura biológica ou física, mas como um espaço onde se manifestam a identidade, a ancestralidade, a espiritualidade e as relações sociais. O cuidado, por sua vez, ultrapassa a dimensão do tratamento de doenças e passa a envolver a preservação do equilíbrio entre o indivíduo, a comunidade, o território, a natureza e o mundo espiritual.

Essa compreensão rompe com a visão biomédica predominante na sociedade ocidental, que tende a analisar o corpo de forma fragmentada, priorizando seus aspectos anatômicos e fisiológicos. Nas cosmologias indígenas, corpo e espírito constituem dimensões inseparáveis da existência humana. A saúde depende da harmonia entre essas dimensões e das relações estabelecidas com os demais seres que compõem o universo. Dessa forma, cuidar do corpo significa também fortalecer os vínculos comunitários, respeitar os conhecimentos ancestrais, preservar o território e manter o equilíbrio espiritual.

A corporalidade assume, portanto, um papel central na organização das sociedades indígenas. O corpo representa um importante elemento de construção da pessoa e da identidade coletiva, sendo constantemente transformado por meio das experiências vividas, dos rituais de passagem, das pinturas corporais, dos ornamentos, dos cantos e das práticas espirituais. Essas manifestações não possuem apenas finalidade estética, mas expressam pertencimento, memória, valores culturais e formas próprias de compreender a existência.

Nesse sentido, Galvão (2023, p 111-112, 123-124.) demonstra que o corpo constitui um dos principais meios de comunicação entre o mundo físico e o mundo espiritual. A autora evidencia que pinturas corporais, adornos, cantos e cerimônias ritualísticas expressam conhecimentos transmitidos entre gerações e fortalecem a relação entre as pessoas, seus ancestrais e os seres espirituais. A corporalidade, portanto, não representa apenas a dimensão física do indivíduo, mas um espaço onde se constroem a identidade, a espiritualidade e a participação na vida comunitária. (Galvão, 2023)

Essa compreensão dialoga diretamente com as reflexões de Langdon (2005), ao afirmar que saúde e doença são construções socioculturais. Para a autora, cada sociedade desenvolve formas próprias de compreender o adoecimento e de produzir cuidado, de acordo com sua cosmologia e seus conhecimentos tradicionais. Entre os povos indígenas, o corpo não pode ser separado das relações sociais, da espiritualidade ou do território, pois essas

dimensões constituem uma única realidade. Assim, as práticas terapêuticas desenvolvidas nas comunidades indígenas procuram restaurar não apenas a saúde física, mas também o equilíbrio espiritual e coletivo.

As práticas tradicionais de cuidado refletem essa compreensão ampliada da saúde. Elas abrangem um conjunto de conhecimentos construídos historicamente e transmitidos por meio da oralidade, da convivência comunitária e da atuação dos pajés, xamãs e demais especialistas tradicionais. Esses conhecimentos incluem o uso de plantas medicinais, banhos terapêuticos, massagens, rezas, cantos, danças, defumações, restrições alimentares, benzimentos e diferentes cerimônias voltadas ao fortalecimento da pessoa e da comunidade. Em todas essas práticas, o objetivo principal consiste em restabelecer a harmonia entre corpo, espírito, natureza e coletividade.

As plantas medicinais ocupam lugar central nessas práticas de cuidado. Muitos povos utilizam ervas, raízes, cascas e chás para prevenção e tratamento de doenças. Esses saberes foram desenvolvidos a partir da observação da natureza e da experiência acumulada durante séculos. Além disso, o cuidado indígena também envolve alimentação tradicional, respeito aos ciclos da natureza, rituais coletivos e fortalecimento dos vínculos comunitários.

A espiritualidade é outro elemento essencial. Em diversas cosmologias indígenas, o mundo espiritual está presente no cotidiano e influencia diretamente a saúde e a vida das pessoas. Os rituais realizados em festas, cerimônias e momentos de cura fortalecem a relação entre a comunidade, os ancestrais e os espíritos protetores. Assim, corpo, mente e espírito são compreendidos de forma integrada. Essas formas próprias de cuidado muitas vezes entram em conflito com o modelo biomédico ocidental, que tende a enxergar a doença apenas pelo aspecto físico. Por isso, nas políticas de saúde indígena, tornou-se importante reconhecer e respeitar os conhecimentos tradicionais. O cuidado em saúde nas comunidades indígenas precisa considerar suas crenças, costumes, línguas e formas próprias de compreender a vida e o adoecimento.

Entre os Kurâ-Bakairi, por exemplo, Barros (1998, p. 3-5) demonstra que os processos de cuidado estão diretamente relacionados à compreensão cosmológica do corpo. O autor descreve a existência do ekuru, uma substância vital presente nos seres vivos e responsável pela manutenção da força, da saúde e do equilíbrio. Quando ocorre a diminuição ou o desequilíbrio dessa substância, podem surgir enfermidades que exigem intervenções específicas conduzidas pelos especialistas da comunidade. Nesse contexto, práticas como a escarificação não representam apenas procedimentos físicos, mas formas de reorganizar o

equilíbrio corporal e espiritual da pessoa, fortalecendo sua capacidade de enfrentar doenças e diferentes momentos da vida. (Barros, 1998)

A escarificação ilustra como o corpo é entendido como espaço de cuidado e transformação. Embora essa prática possa parecer estranha sob a perspectiva da medicina ocidental, ela possui profundo significado cultural e terapêutico para os povos que a realizam. As pequenas incisões feitas na pele representam um procedimento voltado à proteção da saúde, ao fortalecimento do organismo e à restauração do equilíbrio entre os diferentes elementos que compõem a existência humana. Dessa forma, o cuidado deixa de estar restrito ao tratamento de sintomas físicos e passa a envolver dimensões espirituais, sociais e cosmológicas.

As formas próprias de cuidado presentes nas comunidades indígenas envolvem conhecimentos ancestrais transmitidos entre gerações. Esses cuidados incluem o uso de plantas medicinais, banhos, rezas, rituais, restrições alimentares, práticas corporais e a atuação dos pajés e curadores tradicionais. A escarificação, apresentada no texto, é um exemplo dessas práticas de cuidado. Ela é utilizada para fortalecer o corpo, aliviar doenças e equilibrar o excesso de ekuru. Outro aspecto importante é a relação espiritual com o território. Para muitos povos indígenas, a terra é sagrada e possui vida. O território não representa apenas um espaço físico, mas um local de pertencimento, ancestralidade e proteção espiritual. Quando ocorre destruição ambiental ou perda territorial, há impactos profundos sobre a saúde física, emocional e cultural dessas comunidades.

Entre os Yanomami, essa relação entre corpo, espiritualidade e cuidado manifesta-se por meio do xamanismo. Conforme descrevem Kopenawa e Albert (2015), o xamã desempenha um papel essencial na manutenção do equilíbrio da comunidade, pois é capaz de estabelecer comunicação com os xapiri, espíritos da floresta responsáveis por proteger a vida, afastar doenças e preservar a ordem do universo. A formação do xamã envolve um longo processo de transformação corporal e espiritual, realizado por meio de rituais, jejuns, aprendizados e da utilização da yãkoana, substância que possibilita o contato com o mundo espiritual.

Nessa perspectiva, o corpo do xamã torna-se um instrumento de mediação entre diferentes dimensões da existência. Sua atuação demonstra que a cura não depende apenas de intervenções materiais, mas também da capacidade de restaurar as relações entre os seres humanos, a natureza e os espíritos. O xamanismo, portanto, constitui uma prática tradicional de cuidado fundamentada na cosmologia Yanomami, evidenciando que saúde, espiritualidade e território formam um sistema inseparável.

Outro aspecto importante das práticas tradicionais de cuidado refere-se ao amplo conhecimento sobre as plantas medicinais. Ao longo de gerações, os povos indígenas desenvolveram saberes relacionados às propriedades terapêuticas de folhas, raízes, cascas, sementes e frutos, utilizados tanto na prevenção quanto no tratamento de diferentes enfermidades. Entretanto, esses conhecimentos não se limitam aos efeitos biológicos das plantas. Seu uso está frequentemente associado aos rituais, às rezas, às orientações dos pajés e às concepções espirituais presentes em cada cosmologia, reforçando que o cuidado envolve dimensões físicas e simbólicas simultaneamente.

Os cantos, as rezas, as danças e as cerimônias coletivas também desempenham papel fundamental na promoção da saúde e do bem viver. Essas práticas fortalecem os vínculos entre os membros da comunidade, reafirmam a memória ancestral e contribuem para a manutenção do equilíbrio espiritual. Mais do que manifestações culturais, constituem formas de cuidado que preservam a continuidade dos conhecimentos tradicionais e fortalecem a identidade coletiva dos povos indígenas.

Desse modo, corporalidade, espiritualidade e práticas tradicionais de cuidado constituem dimensões inseparáveis das cosmologias indígenas. O corpo deixa de ser compreendido apenas como organismo biológico para tornar-se espaço de construção da identidade, da memória, da espiritualidade e da vida coletiva. As contribuições de Galvão, Langdon, Barros e Kopenawa evidenciam que as diferentes práticas de cuidado desenvolvidas pelos povos indígenas estão fundamentadas em sistemas próprios de conhecimento, nos quais corpo, território, natureza, ancestralidade e espiritualidade formam uma totalidade integrada. Reconhecer essa perspectiva significa valorizar os saberes tradicionais e compreender que existem diferentes formas de produzir cuidado, promover saúde e construir o bem viver.

3.3 Cosmovisão ameríndia, literatura indígena e a permanência dos saberes tradicionais

As cosmologias indígenas não permanecem vivas apenas por meio dos rituais, das práticas de cuidado ou da transmissão oral realizada pelos mais velhos. Ao longo das últimas décadas, esses conhecimentos também passaram a ocupar espaço na literatura produzida por escritores indígenas, que transformaram a escrita em um importante instrumento de fortalecimento cultural, afirmação identitária e resistência frente aos processos históricos de colonização e apagamento dos povos originários. Nesse contexto, a literatura indígena

contemporânea assume um papel que ultrapassa a dimensão estética, tornando-se um espaço de preservação das cosmologias, dos modos de vida e das formas próprias de compreender a existência.

A produção literária indígena apresenta perspectivas construídas a partir da experiência dos próprios povos originários, rompendo com interpretações historicamente elaboradas por olhares externos. Durante muito tempo, os indígenas foram representados pela literatura brasileira como personagens secundários, frequentemente associados a imagens estereotipadas que desconsideravam a diversidade de seus conhecimentos, culturas e formas de organização social. Com o fortalecimento da autoria indígena, essa lógica começa a ser transformada, permitindo que os próprios povos contem suas histórias, apresentem suas cosmologias e reafirmem seus modos de vida.

É nesse contexto que Eurídice Figueiredo (2018), ao analisar as obras de Eliane Potiguara e Daniel Munduruku, demonstra que a literatura indígena contemporânea constitui um importante espaço de valorização da cosmovisão ameríndia. Segundo a autora, os textos produzidos por esses escritores não se limitam à criação literária, mas representam formas de resistência política, preservação da memória coletiva e fortalecimento das identidades indígenas. Por meio da escrita, conhecimentos tradicionalmente transmitidos pela oralidade passam também a dialogar com outros espaços de produção do conhecimento, ampliando sua visibilidade e contribuindo para o enfrentamento dos preconceitos historicamente construídos sobre os povos indígenas.

A cosmovisão ameríndia, presente nas obras de Potiguara e Munduruku, reafirma uma compreensão de mundo fundamentada na integração entre seres humanos, natureza, ancestralidade e espiritualidade. Diferentemente da lógica moderna, que frequentemente estabelece relações de dominação sobre o meio ambiente, essa perspectiva compreende que todos os seres compartilham uma mesma rede de existência, baseada na reciprocidade, no respeito e na responsabilidade coletiva. Dessa forma, rios, florestas, animais, montanhas e demais elementos da natureza não são percebidos apenas como recursos naturais, mas como participantes da vida comunitária e da continuidade dos conhecimentos ancestrais.

Nas obras de Eliane Potiguara, essa relação manifesta-se especialmente pela valorização da memória, da ancestralidade e do território. A autora evidencia que a violência colonial produziu profundas rupturas nas formas de organização dos povos indígenas, afetando seus territórios, suas culturas e suas formas de transmissão dos saberes. Entretanto, sua escrita também demonstra que a resistência indígena permanece viva por meio da preservação das tradições, da espiritualidade e da reafirmação das identidades coletivas.

Assim, a literatura torna-se um espaço de reconstrução da memória e de fortalecimento das cosmologias indígenas.

Daniel Munduruku, por sua vez, enfatiza a importância da oralidade, da educação e da transmissão intergeracional dos conhecimentos tradicionais. Em suas obras, os mais velhos ocupam lugar central como guardiões da memória coletiva, responsáveis por transmitir às novas gerações os ensinamentos relacionados ao território, à espiritualidade, às práticas de cuidado e às formas de convivência comunitária. Essa valorização da ancestralidade demonstra que o conhecimento indígena não está restrito ao passado, mas permanece vivo e em constante atualização por meio das experiências cotidianas das comunidades.

A permanência dessas cosmologias também dialoga com as reflexões de Krenak (2019), que propõe uma crítica à forma como a sociedade contemporânea passou a compreender a relação entre humanidade e natureza. Para o autor, a modernidade produziu uma separação artificial entre o ser humano e o mundo natural, favorecendo processos de exploração ambiental e aprofundando diferentes formas de desigualdade social. Em oposição a essa lógica, Krenak destaca que os povos indígenas continuam sustentando formas de existência baseadas no pertencimento ao território, na coletividade e no reconhecimento de que todos os seres compartilham uma mesma condição de interdependência.

Essa perspectiva amplia as discussões desenvolvidas ao longo deste capítulo, pois demonstra que as cosmologias indígenas não representam apenas sistemas religiosos ou explicações sobre a origem do universo. Elas constituem formas complexas de organização da vida social, orientando a relação com o território, as práticas de cuidado, a educação, a espiritualidade, a organização comunitária e a produção de conhecimentos. Nesse sentido, compreender a cosmovisão ameríndia significa reconhecer que existem diferentes maneiras de interpretar a realidade e de construir relações entre pessoas, natureza e sociedade.

Ao mesmo tempo, essa compreensão evidencia a importância de superar visões estereotipadas que historicamente reduziram os conhecimentos indígenas a crenças ou tradições sem fundamento científico. As cosmologias indígenas constituem sistemas próprios de conhecimento, elaborados a partir da experiência histórica dos povos originários e continuamente atualizados por meio da oralidade, da convivência comunitária, da literatura e das práticas culturais. Sua legitimidade não depende da aproximação com os referenciais ocidentais, mas do reconhecimento de que diferentes sociedades constroem diferentes formas de produzir conhecimento e organizar a vida.

Dessa forma, a literatura indígena contemporânea desempenha papel fundamental na valorização desses saberes, permitindo que as próprias comunidades assumam o

protagonismo na produção de narrativas sobre suas histórias, culturas e cosmologias. Ao fortalecer a memória coletiva, reafirmar a ancestralidade e dar visibilidade às formas próprias de compreender o mundo, essas obras contribuem para o reconhecimento da diversidade cultural existente no Brasil e para a construção de relações mais respeitosas entre diferentes sistemas de conhecimento.

Conclui-se, portanto, que as cosmologias indígenas constituem o fundamento dos modos de vida, das práticas tradicionais de cuidado e das formas de organização social presentes nas comunidades originárias. A relação indissociável entre corpo, território, espiritualidade, natureza e coletividade evidencia uma concepção ampliada de saúde e de bem viver, distinta daquela predominante na racionalidade biomédica ocidental. As contribuições de Barros, Langdon, Galvão, Kopenawa, Krenak, Potiguara e Munduruku demonstram que esses conhecimentos permanecem vivos e continuam orientando a existência de diferentes povos indígenas, reafirmando a importância do reconhecimento e da valorização das cosmologias como patrimônio cultural, histórico e epistemológico. Assim, compreender essas formas de conhecimento significa reconhecer a pluralidade de modos de viver, cuidar e produzir saúde, contribuindo para o fortalecimento do respeito à diversidade cultural e para a construção de práticas mais sensíveis às especificidades dos povos indígenas.

Autores indígenas e antropólogos destacam que compreender as cosmologias indígenas é fundamental para combater preconceitos históricos e valorizar os conhecimentos ancestrais desses povos. Kopenawa (2015), por exemplo, afirma que a floresta é viva e possui espíritos que mantêm o equilíbrio do mundo. Em sua obra, ele mostra que destruir a natureza significa também destruir a vida humana e espiritual.

Da mesma forma, Krenak (2019) critica a separação entre humanidade e natureza construída pela sociedade moderna. Para ele, os povos indígenas mantêm uma relação de pertencimento com a terra, compreendendo que o ser humano faz parte da natureza e não está acima dela.

Assim, as cosmologias indígenas ensinam formas de viver baseadas no respeito, na coletividade, na espiritualidade e no cuidado com todos os seres. Esses conhecimentos possuem grande importância não apenas para os povos indígenas, mas também para a sociedade como um todo, especialmente diante das crises ambientais e sociais atuais. Compreender essas cosmologias significa reconhecer que existem diferentes maneiras de explicar o mundo, produzir cuidado e construir relações com a vida e a natureza.

A cosmovisão ameríndia é a maneira como os povos indígenas compreendem a vida, a natureza, os seres humanos e o universo. Diferente da visão ocidental, que muitas vezes

separa corpo e espírito, homem e natureza, os povos indígenas entendem que tudo está conectado. A floresta, os rios, os animais, os espíritos e os ancestrais fazem parte de um mesmo equilíbrio. Essa visão de mundo valoriza a coletividade, a espiritualidade e o respeito à terra, considerada sagrada e essencial para a continuidade da vida e da cultura indígena.

O artigo “Eliane Potiguara e Daniel Munduruku: por uma cosmovisão ameríndia”, escrito por Eurídice Figueiredo (2018), busca mostrar como a literatura indígena contemporânea fortalece os saberes ancestrais e combate o apagamento cultural causado pela colonização. A autora analisa as obras de Eliane Potiguara e Daniel Munduruku, destacando que seus textos não representam apenas produções literárias, mas também formas de resistência política, preservação cultural e afirmação da identidade indígena.

Eliane Potiguara é considerada uma importante voz feminina indígena. Suas obras abordam o sofrimento histórico vivido pelos povos indígenas, denunciando a violência da colonização, o racismo, a expulsão dos territórios e a tentativa de silenciamento cultural. Ao mesmo tempo, sua escrita reafirma a força ancestral, a espiritualidade e a resistência dos povos originários. Para Potiguara, a terra não representa apenas um espaço físico, mas um lugar de pertencimento, memória e espiritualidade. A relação com o território está diretamente ligada à identidade indígena e à manutenção da vida coletiva.

Daniel Munduruku (2012), por sua vez, trabalha a valorização dos conhecimentos indígenas e procura desconstruir os estereótipos criados sobre os povos originários. Em suas obras, ele demonstra que os indígenas possuem conhecimentos filosóficos, espirituais, sociais e culturais próprios. A oralidade ocupa um lugar fundamental em sua visão, pois os ensinamentos transmitidos pelos mais velhos carregam sabedoria, memória e identidade. Munduruku destaca a importância da ancestralidade e da transmissão de saberes tradicionais como formas de resistência e fortalecimento cultural.

O texto também permite compreender a relação entre cosmologia e saúde indígena. Para muitos povos indígenas, saúde não significa apenas ausência de doença, mas equilíbrio entre corpo, espírito, comunidade, natureza e território. As práticas de cuidado envolvem os pajés, os rituais, os conhecimentos sobre plantas medicinais, os cantos e a espiritualidade. Dessa forma, o cuidado indígena ultrapassa a medicina ocidental e está profundamente ligado à cosmologia de cada povo.

Dentro desse contexto, o conceito de cosmologia refere-se à maneira como cada povo indígena explica a origem da vida, do universo e das relações entre os seres humanos, a natureza e os espíritos. Cada comunidade possui suas próprias crenças, tradições e formas de compreender o mundo. O artigo mostra que essas cosmologias continuam vivas por meio da

literatura indígena, da oralidade e das práticas culturais transmitidas entre gerações. Assim, a principal ideia do texto é demonstrar que a literatura indígena contemporânea possui um importante papel na preservação das culturas originárias e na valorização das cosmologias indígenas. As obras de Eliane Potiguara e Daniel Munduruku (2018) ajudam a romper visões preconceituosas e apresentam outras formas de compreender a vida, o cuidado, a espiritualidade e a relação com a natureza.

Dessa forma, compreender as cosmologias, os modos de vida e as formas próprias de cuidado presentes nas comunidades indígenas significa reconhecer que existem diferentes maneiras de viver, cuidar e compreender a saúde e a existência humana. Esses saberes representam formas legítimas de conhecimento e resistência cultural, fundamentais para a preservação das identidades indígenas e para a valorização da diversidade cultural existente no Brasil.

Já no artigo **"A corporalidade dos povos indígenas na construção de sua organização social e cosmologia com relação à interação entre o mundo físico e espiritual"**, de Sofia Galvão, (2020) discute como o corpo ocupa um papel central na vida dos povos indígenas, sendo fundamental para compreender sua organização social, espiritualidade e cosmologia. A autora demonstra que, para muitos povos ameríndios, o corpo não é visto apenas como um elemento biológico, mas como um espaço de construção cultural, social e espiritual. Por meio dele, os indivíduos estabelecem relações com a comunidade, com a natureza e com os seres espirituais, tornando possível a ligação entre o mundo físico e o mundo invisível.

A cosmologia indígena pode ser entendida como o conjunto de conhecimentos, crenças e explicações sobre a origem da vida, do universo e das relações entre humanos, animais, espíritos e demais seres existentes. Diferentemente da visão ocidental, que costuma separar natureza e cultura, corpo e espírito, os povos indígenas compreendem essas dimensões como profundamente conectadas. Nesse contexto, o corpo torna-se um importante instrumento de comunicação com o mundo espiritual e de expressão dos valores coletivos.

O texto apresenta inicialmente as contribuições de antropólogos como Anthony Seeger, Roberto Da Matta e Eduardo Viveiros de Castro, que destacam a importância da construção da pessoa e da corporalidade para compreender as sociedades indígenas brasileiras. Segundo esses autores, o corpo funciona como um "idioma simbólico", ou seja, um meio através do qual são expressas as relações sociais, os conhecimentos, as crenças e as formas de organização dos grupos indígenas. Dessa forma, pinturas corporais, ornamentos,

cantos e rituais possuem significados muito mais profundos do que simples manifestações culturais, pois representam modos de produzir e transmitir conhecimentos.

Entre os povos Piaroa e Cubeo, a corporalidade está relacionada à estética, à moralidade e à vida comunitária. A beleza não é entendida apenas como aparência física, mas como a demonstração das qualidades morais e das capacidades produtivas de cada pessoa. As pinturas corporais, os adornos e os ornamentos expressam habilidades, conhecimentos e responsabilidades sociais. A harmonia coletiva depende da capacidade dos indivíduos de controlar suas forças criadoras e utilizá-las de maneira equilibrada. Assim, a cosmologia desses povos está associada à busca pelo equilíbrio, pela cooperação e pela manutenção da vida comunitária.

No caso dos Awá-Guajá, a cosmologia está baseada em uma complexa rede de relações entre humanos, animais, plantas e seres espirituais. A relação denominada riku representa vínculos de cuidado, criação, proteção e responsabilidade. Os seres celestes conhecidos como karawara ocupam posição fundamental nessa visão de mundo, pois participam dos rituais, auxiliam nas curas, influenciam as caçadas e contribuem para a organização da vida social. O canto assume papel central, sendo considerado um importante meio de comunicação entre os seres humanos e os seres espirituais. Por meio dele, torna-se possível estabelecer conexões entre o céu e a terra, fortalecendo a saúde e o bem-estar da comunidade.

Entre os Yanomami, a cosmologia é apresentada a partir dos relatos do Kopenawa. Nessa perspectiva, os espíritos chamados *xapiri* são fundamentais para a proteção da vida, para a cura das doenças e para a manutenção da ordem do mundo. Os xapiri são considerados imagens dos ancestrais animais e possuem grande poder espiritual. Para se tornar xamã, uma pessoa deve passar por um longo processo de transformação corporal e espiritual, envolvendo rituais, jejuns e o uso da yãkoana. Esse processo permite que o corpo e a mente sejam preparados para entrar em contato com os espíritos. Assim, a transformação corporal é indispensável para possibilitar a comunicação entre os seres humanos e o mundo espiritual.

Ao final, o artigo conclui que a corporalidade é um elemento fundamental das cosmologias indígenas, pois é através do corpo que se estabelecem as relações entre os mundos físico e espiritual. Entre os Piaroa e Cubeo, isso ocorre por meio das pinturas e ornamentações corporais; entre os Awá-Guajá, através dos cantos e rituais; e entre os Yanomami, pelas transformações corporais ligadas ao xamanismo. Dessa forma, o corpo torna-se um espaço de construção da identidade, da espiritualidade, da organização social e das formas próprias de cuidado.

Essa reflexão é especialmente importante para compreender que, nas comunidades indígenas, saúde, espiritualidade, natureza, ancestralidade e vida coletiva estão profundamente integradas. As cosmologias indígenas revelam modos próprios de compreender o mundo e de cuidar da vida, mostrando que o bem-estar não depende apenas da ausência de doenças, mas também da manutenção do equilíbrio entre pessoas, comunidade, território, natureza e seres espirituais.

4 PRÁTICAS TRADICIONAIS DE CUIDADO NAS COMUNIDADES INDÍGENAS

As práticas tradicionais de cuidado presentes nas comunidades indígenas constituem sistemas de conhecimento construídos historicamente a partir da relação entre os povos originários, a natureza, a espiritualidade e a vida coletiva. Diferentemente da lógica biomédica ocidental, que tende a compreender a saúde e a doença a partir de aspectos predominantemente biológicos, os povos indígenas desenvolvem concepções mais amplas, nas quais o cuidado envolve dimensões físicas, emocionais, espirituais, sociais e territoriais. Nessa perspectiva, a saúde está associada à harmonia entre os indivíduos, a comunidade, os ancestrais e o ambiente natural.

Segundo Langdon (2005), os sistemas indígenas de saúde devem ser compreendidos dentro dos contextos culturais em que são produzidos, uma vez que cada povo possui formas próprias de interpretar o corpo, o adoecimento e a cura. A autora destaca que as práticas de cuidado não podem ser analisadas apenas sob parâmetros biomédicos, pois estão diretamente relacionadas às cosmologias indígenas e aos significados atribuídos às experiências de sofrimento e bem-estar. Nesse sentido, as práticas tradicionais de cuidado representam muito mais do que estratégias terapêuticas. Elas constituem formas de preservar conhecimentos ancestrais, fortalecer identidades coletivas e garantir a continuidade cultural dos povos indígenas. Por meio dessas práticas, as comunidades mantêm vivos saberes transmitidos entre gerações e reafirmam suas formas próprias de compreender o mundo.

4.1 O papel dos pajés, xamãs e lideranças espirituais

Nas comunidades indígenas, os pajés, xamãs e lideranças espirituais ocupam posição central nos processos de cuidado, orientação e manutenção da vida coletiva. Diferentemente da perspectiva ocidental, que frequentemente separa os campos da saúde, da religião e da vida social, os povos indígenas compreendem essas dimensões de forma integrada. Assim, o cuidado não se restringe ao tratamento de doenças, mas envolve a preservação do equilíbrio entre os indivíduos, a comunidade, os ancestrais, os espíritos e a natureza.

Entre os diversos elementos que compõem os sistemas tradicionais de cuidado, destaca-se a atuação dos pajés, xamãs e lideranças espirituais. Esses sujeitos ocupam posição

de grande importância dentro das comunidades indígenas, sendo reconhecidos como guardiões de conhecimentos ancestrais relacionados à cura, à espiritualidade e à proteção coletiva. Pajés, xamãs e lideranças espirituais são figuras centrais nas comunidades indígenas e tradicionais. Eles atuam como intermediários entre o mundo físico e o espiritual, sendo responsáveis pela cura de doenças, aconselhamento, preservação da memória ancestral e manutenção do equilíbrio ecológico e cultural de seus povos.

De acordo com Kopenawa e Albert (2015), os xamãs desempenham a função de estabelecer comunicação com os espíritos da floresta e de atuar na manutenção do equilíbrio entre os diferentes elementos que compõem o universo. Para os Yanomami, por exemplo, a saúde está diretamente ligada à harmonia entre seres humanos, natureza e entidades espirituais. Dessa forma, o adoecimento pode ser interpretado como resultado de desequilíbrios que afetam essas relações.

A obra A Queda do Céu demonstra que o xamanismo não deve ser compreendido como uma simples prática religiosa, mas como um sistema complexo de conhecimento que organiza a compreensão indígena sobre a vida, a saúde e o mundo. O xamã atua simultaneamente como conselheiro, curador, educador e protetor da comunidade, exercendo papel fundamental na promoção do bem-estar coletivo. Essa compreensão também é reforçada pelos estudos sobre o discurso de Davi Kopenawa, que evidenciam como o xamanismo constitui uma forma legítima de conhecimento e de cuidado, baseada na relação entre espiritualidade, território e ancestralidade. Nessas perspectivas, o cuidado não se restringe ao tratamento de sintomas físicos, mas envolve a preservação do equilíbrio social e espiritual da comunidade.

Segundo Langdon (2005), os sistemas indígenas de saúde são construídos a partir de interpretações culturais específicas sobre o corpo, a doença e a cura. A autora argumenta que os processos de adoecimento não são entendidos apenas como alterações biológicas, mas como eventos que afetam as relações sociais e espirituais que sustentam a vida coletiva. Nesse contexto, os especialistas tradicionais de cura assumem papel fundamental, pois possuem conhecimentos que lhes permitem compreender e atuar sobre as diferentes causas do sofrimento.

A compreensão do papel dos xamãs ganha destaque na obra A Queda do Céu, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015). Ao narrar sua trajetória como xamã Yanomami, Kopenawa apresenta uma visão de mundo na qual os espíritos da floresta, conhecidos como xapiri, desempenham papel essencial na manutenção da vida e do equilíbrio do universo. Segundo o autor, os xamãs são responsáveis por estabelecer comunicação com esses espíritos e por

proteger a comunidade contra doenças, conflitos e ameaças que possam comprometer a harmonia coletiva.

Na cosmologia Yanomami, a floresta não é concebida apenas como um espaço físico destinado à sobrevivência material. Ela constitui um organismo vivo, habitado por seres espirituais que participam ativamente da vida humana. Dessa forma, a saúde está diretamente relacionada à preservação das relações entre pessoas, natureza e espíritos. Quando essas relações são rompidas, surgem desequilíbrios que podem se manifestar por meio do sofrimento físico, emocional ou espiritual.

Essa perspectiva é aprofundada nos estudos sobre A Queda do Céu e o xamanismo no discurso de Davi Kopenawa, nos quais o xamanismo é compreendido como um sistema complexo de conhecimento que articula saberes ecológicos, espirituais, sociais e cosmológicos. O xamã não atua apenas como curador individual, mas como guardião da memória coletiva, da cultura e dos conhecimentos necessários para a continuidade da vida comunitária. Sua atuação está relacionada à proteção do território, à preservação dos saberes ancestrais e ao fortalecimento da identidade indígena.

A relevância dessas lideranças também é discutida por Barros (2010), em Saúde Indígena, Cosmologia e Políticas Públicas. O autor demonstra que os pajés continuam desempenhando papel importante mesmo após a ampliação da presença dos serviços biomédicos nas aldeias. Em muitas comunidades, os conhecimentos tradicionais coexistem com os serviços de saúde oferecidos pelo Estado, produzindo formas híbridas de cuidado. Entretanto, o autor destaca que frequentemente os sistemas oficiais de saúde desconsideram ou subestimam a importância dos especialistas indígenas, reproduzindo práticas marcadas pelo etnocentrismo.

Essa situação evidencia a necessidade de reconhecer os pajés e xamãs como agentes legítimos de cuidado. Para diversos povos indígenas, a cura não ocorre apenas por meio da administração de medicamentos ou da realização de procedimentos clínicos, mas também através de rituais, rezas, cantos e orientações espirituais que fortalecem os vínculos entre os indivíduos e a coletividade. Ignorar essas práticas significa desconsiderar elementos fundamentais das cosmologias indígenas e limitar a compreensão dos processos de saúde e doença.

Além disso, os pajés exercem importante papel educativo dentro das comunidades. Por meio da oralidade, transmitem conhecimentos relacionados à história do povo, aos ensinamentos ancestrais e às formas adequadas de convivência com a natureza. Dessa

maneira, contribuem não apenas para a promoção da saúde, mas também para a preservação cultural e para a continuidade das identidades indígenas.

Portanto, os pajés, xamãs e lideranças espirituais constituem figuras centrais nos sistemas tradicionais de cuidado. Suas práticas revelam formas próprias de compreender a saúde, a doença e a cura, demonstrando que o cuidado indígena está profundamente relacionado à espiritualidade, à ancestralidade, à coletividade e ao território. A valorização desses conhecimentos representa um passo fundamental para a construção de perspectivas mais amplas sobre saúde e para o reconhecimento da diversidade cultural dos povos indígenas.

4.2 Rituais, rezas, cantos e cerimônias tradicionais

Os rituais ocupam lugar central nas práticas tradicionais de cuidado indígena. Eles são realizados em diferentes momentos da vida comunitária e possuem funções que ultrapassam a dimensão espiritual, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos sociais, para a transmissão de conhecimentos e para a preservação da identidade cultural. As rezas, os cantos, as danças e as cerimônias tradicionais representam importantes mecanismos de fortalecimento emocional e coletivo. Essas práticas possibilitam que os indivíduos se conectem aos seus ancestrais, reafirmem seu pertencimento cultural e encontrem suporte diante das dificuldades enfrentadas no cotidiano.

Diferentemente da visão predominante na sociedade ocidental, que frequentemente separa religião, saúde e vida social, as cosmologias indígenas compreendem essas dimensões como elementos inseparáveis da existência. Nesse sentido, os rituais representam momentos de reafirmação dos valores coletivos, fortalecimento da identidade cultural e renovação dos vínculos que sustentam a vida comunitária. Além de promoverem a integração entre os membros da comunidade, essas práticas possibilitam a transmissão de conhecimentos ancestrais e contribuem para a continuidade cultural dos povos indígenas.

Figueiredo (2018), ao analisar as obras de Eliane Potiguara e Daniel Munduruku, destaca que a cosmovisão ameríndia compreende a existência humana como parte de uma rede de relações que envolve pessoas, natureza, espiritualidade e memória ancestral. Nessa perspectiva, os rituais contribuem para manter a harmonia entre esses diferentes elementos e desempenham papel essencial na promoção do bem viver.

Segundo Langdon (2005), os processos de saúde e doença entre os povos indígenas devem ser compreendidos a partir dos significados culturais construídos em cada contexto social. A autora destaca que os sistemas indígenas de cuidado estão associados a interpretações próprias sobre as causas do adoecimento e sobre os meios adequados para restaurar o equilíbrio perdido. Dessa forma, os rituais, cantos e rezas constituem recursos terapêuticos legítimos dentro dessas sociedades, desempenhando papel fundamental na promoção da saúde e do bem-estar.

A relação entre espiritualidade e cuidado pode ser observada na obra A Queda do Céu, de Kopenawa e Albert (2015). Ao descrever a cosmologia Yanomami, Kopenawa evidencia que os cantos xamânicos e os rituais realizados pelos xamãs permitem a comunicação com os xapiri, espíritos da floresta responsáveis pela proteção dos seres humanos e pela manutenção da ordem do mundo. Para os Yanomami, a saúde não depende apenas de fatores físicos, mas da harmonia entre diferentes seres que compartilham a existência. Quando essa harmonia é ameaçada, tornam-se necessárias práticas rituais capazes de restaurar o equilíbrio.

A análise apresentada em A Queda do Céu e o xamanismo no discurso de Davi Kopenawa reforça essa compreensão ao demonstrar que os rituais xamânicos representam formas de conhecimento que ultrapassam a dimensão espiritual. Por meio dos cantos, das danças e das cerimônias, os xamãs produzem interpretações sobre a realidade, orientam a vida coletiva e fortalecem os mecanismos de proteção social presentes na comunidade. Dessa forma, os rituais podem ser compreendidos como instrumentos de cuidado que atuam simultaneamente sobre aspectos físicos, emocionais, sociais e espirituais.

A importância dessas práticas também é evidenciada por Eurídice Figueiredo (2018), ao analisar as produções literárias de Eliane Potiguara e Daniel Munduruku. A autora demonstra que a cosmovisão ameríndia apresentada pelos escritores indígenas valoriza profundamente a espiritualidade, a ancestralidade e a relação harmoniosa com a natureza. Nessa perspectiva, os rituais não são eventos isolados, mas expressões de uma forma específica de compreender o mundo. Eles possibilitam a conexão com os antepassados, fortalecem a memória coletiva e reafirmam a continuidade histórica dos povos indígenas.

Nas narrativas de Potiguara e Munduruku, a espiritualidade aparece como elemento constitutivo da vida comunitária e da identidade indígena. Os cantos, as rezas e as cerimônias são apresentadas como práticas que preservam saberes ancestrais e garantem a transmissão dos conhecimentos culturais entre gerações. Além disso, contribuem para a construção do sentimento de pertencimento, aspecto fundamental para o fortalecimento emocional e social das comunidades.

A reflexão de Ailton Krenak (2019) contribui para ampliar essa discussão ao destacar que os povos indígenas desenvolveram formas de existência baseadas na coletividade e na interdependência entre todos os seres. Segundo o autor, a fragmentação das relações humanas promovida pela modernidade distancia as pessoas das experiências comunitárias que dão sentido à vida. Nesse contexto, os rituais representam espaços de fortalecimento dos vínculos sociais e de reafirmação da conexão entre seres humanos, natureza e espiritualidade.

Além de sua importância cultural e espiritual, os rituais também desempenham papel significativo na promoção da saúde mental. A participação em cerimônias, cantos e práticas coletivas favorece o fortalecimento da identidade cultural, da autoestima e do sentimento de pertencimento. Em comunidades que enfrentam processos históricos de violência, discriminação e ameaça aos seus territórios, essas práticas contribuem para a construção de estratégias coletivas de resistência e proteção emocional.

Barros (2010), ao discutir a relação entre saúde indígena, cosmologia e políticas públicas, ressalta que as práticas tradicionais continuam sendo amplamente utilizadas pelas comunidades indígenas, mesmo diante da presença crescente dos serviços biomédicos. O autor destaca que a valorização desses conhecimentos é fundamental para a construção de políticas de saúde que respeitem a diversidade cultural e promovam o diálogo entre diferentes sistemas de cuidado.

Portanto, os rituais, rezas, cantos e cerimônias tradicionais constituem elementos essenciais das formas indígenas de cuidado. Muito além de manifestações culturais ou religiosas, essas práticas representam mecanismos de promoção da saúde, fortalecimento da identidade coletiva e preservação dos conhecimentos ancestrais. Por meio delas, os povos indígenas mantêm vivas suas cosmologias, reafirmam seus modos de vida e constroem estratégias próprias de enfrentamento das adversidades, contribuindo para a promoção do bem viver e para a continuidade de suas tradições culturais.

Além disso, os rituais funcionam como espaços de compartilhamento de experiências e de fortalecimento da coletividade. Ao reunir diferentes gerações, eles favorecem a transmissão de valores, histórias e conhecimentos fundamentais para a continuidade cultural dos povos indígenas.

4.3 Uso de plantas medicinais e conhecimentos ancestrais

O uso de plantas medicinais constitui uma das práticas mais conhecidas dos sistemas tradicionais de cuidado indígena. Os conhecimentos relacionados às propriedades terapêuticas das plantas foram construídos ao longo de séculos de observação da natureza e transmitidos por meio da oralidade entre as gerações. Nas comunidades indígenas, as plantas não são utilizadas apenas para tratar doenças físicas. Elas também participam de processos de fortalecimento espiritual, proteção coletiva e promoção do equilíbrio emocional. Dessa forma, a medicina tradicional indígena articula conhecimentos sobre o corpo, a natureza e a espiritualidade.

Os conhecimentos ancestrais podem ser compreendidos como o conjunto de saberes acumulados pelos antepassados e transmitidos ao longo do tempo. Esses saberes orientam diferentes aspectos da vida social, incluindo a alimentação, a educação, a relação com o território e as práticas de cuidado com a saúde. Nesse contexto, as plantas medicinais ocupam um papel importante, pois são utilizadas para prevenir doenças, aliviar sintomas e promover o bem-estar físico e emocional.

Para os povos indígenas, o cuidado com a saúde não se limita ao tratamento de enfermidades. A saúde é compreendida como resultado do equilíbrio entre a pessoa, a comunidade, a natureza e os aspectos espirituais da existência. Dessa forma, o uso das plantas medicinais está inserido em uma visão mais ampla de cuidado, que considera a integralidade da vida e valoriza a relação harmoniosa com o ambiente natural.

As plantas utilizadas pelas comunidades indígenas são empregadas de diferentes formas, como chás, infusões, banhos, pomadas, emplastros e inalações. Cada povo desenvolve conhecimentos específicos sobre as espécies existentes em seu território, identificando suas propriedades e formas adequadas de utilização. Esses conhecimentos são resultado de processos históricos de experimentação e observação, que permitiram às comunidades construir sistemas próprios de atenção à saúde.

Além de sua função terapêutica, as plantas medicinais possuem importante valor cultural. O conhecimento sobre sua utilização fortalece a identidade coletiva e contribui para a preservação das tradições indígenas. A transmissão desses saberes entre gerações garante a continuidade das práticas culturais e reafirma a importância da memória ancestral na organização da vida comunitária.

Nas últimas décadas, tem aumentado o reconhecimento da importância dos conhecimentos tradicionais para a promoção da saúde e para a conservação da biodiversidade. Diversas pesquisas científicas têm demonstrado que muitas plantas utilizadas tradicionalmente pelos povos indígenas possuem propriedades terapêuticas comprovadas,

evidenciando a relevância desses saberes para a sociedade em geral. Contudo, é importante reconhecer que esses conhecimentos não podem ser reduzidos apenas ao seu valor medicinal, pois fazem parte de sistemas culturais mais amplos que envolvem modos próprios de compreender a natureza, a saúde e a vida.

Conforme destaca Langdon (2005), os processos de cura indígenas envolvem dimensões simbólicas e culturais que não podem ser dissociadas das práticas terapêuticas. O tratamento de uma enfermidade frequentemente inclui rituais, rezas, orientações espirituais e o uso de recursos naturais, demonstrando a complexidade desses sistemas de cuidado.

O artigo Saúde Indígena, Cosmologia e Políticas Públicas evidência que as práticas tradicionais permanecem presentes mesmo diante da expansão dos serviços biomédicos. Em muitas comunidades, observa-se a coexistência entre diferentes formas de cuidado, nas quais os conhecimentos tradicionais continuam desempenhando papel fundamental na promoção da saúde. Portanto, o uso de plantas medicinais e os conhecimentos ancestrais constituem elementos fundamentais das práticas tradicionais de cuidado dos povos indígenas. Essas práticas expressam formas específicas de interação com a natureza e representam importantes mecanismos de preservação cultural, promoção da saúde e fortalecimento da identidade coletiva. Sua valorização contribui para o reconhecimento da diversidade de saberes existentes na sociedade brasileira e para a construção de perspectivas mais amplas sobre saúde e cuidado.

Segundo Langdon (2005), os sistemas indígenas de saúde são constituídos por diferentes práticas e interpretações sobre o processo saúde-doença. A autora argumenta que a compreensão indígena do adoecimento ultrapassa as explicações estritamente biológicas, incorporando fatores sociais, espirituais e cosmológicos. Dessa forma, o tratamento de uma enfermidade frequentemente envolve não apenas a utilização de plantas medicinais, mas também rezas, cantos, rituais e orientações espirituais conduzidas por especialistas tradicionais.

Essa perspectiva pode ser observada na obra A Queda do Céu, na qual Kopenawa e Albert (2015) descrevem a relação dos Yanomami com a floresta. Para o povo Yanomami, os conhecimentos sobre as plantas estão profundamente vinculados à espiritualidade e aos ensinamentos transmitidos pelos ancestrais. A floresta é concebida como um espaço vivo, habitado por seres humanos, animais, espíritos e entidades que compartilham uma mesma existência. Nesse contexto, as plantas medicinais não representam apenas recursos naturais, mas componentes fundamentais do equilíbrio que sustenta a vida coletiva.

A discussão sobre os conhecimentos tradicionais também aparece nas reflexões de Eliane Potiguara e Daniel Munduruku. Conforme analisa Figueiredo (2018), a cosmovisão ameríndia apresentada por esses autores valoriza a integração entre seres humanos e natureza, reconhecendo a existência de relações de reciprocidade entre todos os elementos do mundo. Nessa perspectiva, o cuidado com a saúde envolve igualmente o cuidado com o território, com a memória ancestral e com os conhecimentos herdados dos antepassados.

Barros, Saúde indígena, cosmologia e políticas públicas (2010), ao discutir a relação entre saúde indígena, cosmologia e políticas públicas, ressalta que os conhecimentos sobre plantas medicinais permanecem amplamente utilizados mesmo diante da expansão dos serviços biomédicos. Em muitas comunidades, observa-se a coexistência entre diferentes sistemas de cuidado, nos quais os recursos da medicina ocidental são articulados às práticas tradicionais. Essa dinâmica evidencia a permanência dos saberes indígenas e sua relevância para a promoção da saúde comunitária.

As contribuições de Ailton Krenak **,**Ideias para adiar o fim do mundo (2019), permitem compreender que a valorização dos conhecimentos ancestrais representa também uma forma de resistência cultural. Para o autor, os povos indígenas mantêm relações de pertencimento com seus territórios e com os elementos da natureza, construindo formas de existência que desafiam a lógica de exploração predominante na sociedade contemporânea. Nesse sentido, preservar os conhecimentos sobre plantas medicinais significa preservar modos de vida, histórias e identidades coletivas.

Além do valor cultural, diversos estudos têm demonstrado a relevância das plantas medicinais para a promoção da saúde nas comunidades indígenas. Pesquisas na área da etnobotânica evidenciam que muitas espécies utilizadas tradicionalmente apresentam propriedades terapêuticas reconhecidas cientificamente, reforçando a importância da preservação desses conhecimentos. Entretanto, a continuidade dessas práticas depende da manutenção dos territórios tradicionais, da transmissão intergeracional dos saberes e do reconhecimento da legitimidade dos sistemas indígenas de cuidado.

Portanto, o uso de plantas medicinais e os conhecimentos ancestrais associados a elas constituem elementos fundamentais das práticas tradicionais de cuidado indígenas. Esses saberes articulam conhecimentos sobre natureza, espiritualidade, território e saúde, revelando formas próprias de compreender e promover o bem-estar. Mais do que estratégias terapêuticas, representam patrimônios culturais que fortalecem a identidade dos povos indígenas e contribuem para a preservação de seus modos de vida.

4.4 Ancestralidade, território e cuidado coletivo

A ancestralidade, o território e o cuidado coletivo constituem elementos fundamentais para a compreensão dos modos de vida e das práticas de cuidado presentes entre os povos indígenas. Essas dimensões estão profundamente interligadas e fazem parte de uma visão de mundo que compreende a existência humana de forma integrada, considerando as relações entre indivíduos, comunidade, natureza e espiritualidade. Diferentemente da lógica individualista predominante na sociedade ocidental, os povos indígenas constroem suas formas de cuidado a partir da coletividade, da valorização dos conhecimentos ancestrais e da estreita relação com seus territórios tradicionais.

A ancestralidade pode ser compreendida como o conjunto de conhecimentos, experiências, valores e ensinamentos transmitidos pelos antepassados ao longo das gerações. Esses saberes são preservados principalmente por meio da oralidade, das narrativas, dos rituais e da convivência comunitária, constituindo importantes mecanismos de manutenção da identidade cultural. Para os povos indígenas, os ancestrais não representam apenas figuras do passado, mas permanecem presentes na memória coletiva e influenciam diretamente a organização da vida social, cultural e espiritual das comunidades.

Nesse contexto, os conhecimentos ancestrais orientam práticas relacionadas à educação, à alimentação, à convivência comunitária e aos processos de cuidado. Os mais velhos desempenham papel central na transmissão desses saberes, sendo reconhecidos como guardiões da memória e responsáveis por assegurar a continuidade cultural dos povos indígenas. A valorização da ancestralidade fortalece o sentimento de pertencimento e contribui para a preservação das identidades coletivas diante das transformações sociais e históricas vivenciadas pelas comunidades.

O território também ocupa posição central na vida dos povos indígenas. Muito além de um espaço geográfico destinado à moradia ou à produção de recursos materiais, a terra é compreendida como um lugar de pertencimento, memória, espiritualidade e reprodução cultural. É no território que se desenvolvem as práticas tradicionais, que se encontram os locais sagrados e que são estabelecidas as relações com a natureza e com os ancestrais. Dessa forma, a preservação dos territórios tradicionais é essencial para a manutenção dos modos de vida indígenas.

A relação dos povos indígenas com o território envolve aspectos que ultrapassam as dimensões econômicas e materiais. O ambiente natural é compreendido como parte integrante

da vida comunitária, estando associado à produção de conhecimentos, à realização de rituais e às práticas de cuidado. A terra, os rios, as florestas e os demais elementos da natureza possuem significados culturais e espirituais que contribuem para a construção das identidades coletivas e para a promoção do bem viver.

Outro aspecto importante refere-se ao cuidado coletivo, característica marcante das formas indígenas de organização social. Nas comunidades indígenas, o cuidado não é compreendido como uma responsabilidade individual, mas como uma prática compartilhada entre todos os membros do grupo. A família, os anciãos, as lideranças e a comunidade participam ativamente dos processos de cuidado, fortalecendo relações de solidariedade, reciprocidade e cooperação.

Essa perspectiva coletiva contribui para a construção de redes de apoio capazes de oferecer suporte diante das dificuldades enfrentadas pelos indivíduos e pela comunidade. O cuidado coletivo fortalece os vínculos sociais, promove o sentimento de pertencimento e favorece a preservação dos conhecimentos tradicionais. Além disso, possibilita que os processos de saúde e bem-estar sejam compreendidos de forma ampla, considerando não apenas aspectos físicos, mas também dimensões emocionais, culturais, espirituais e comunitárias.

Krenak (2019) afirma que os povos indígenas desenvolveram formas de existência baseadas na coletividade e na profunda conexão com a natureza. Para o autor, a separação entre ser humano e meio ambiente representa uma construção característica da modernidade ocidental, incompatível com muitas cosmologias indígenas. O território também desempenha papel fundamental na promoção da saúde e do bem-estar. Para os povos indígenas, a terra não constitui apenas um espaço físico, mas um lugar de memória, identidade, espiritualidade e reprodução cultural. A relação com o território influencia diretamente as formas de cuidado e os processos de construção da saúde coletiva.

Os estudos reunidos em Temas de Cultura e Civilização Indígena demonstram que a organização social indígena está profundamente relacionada aos conhecimentos produzidos nos territórios tradicionais. A preservação desses espaços contribui para a manutenção das práticas culturais e para o fortalecimento dos vínculos comunitários. Dessa forma, a ancestralidade e o território configuram importantes fatores de proteção da saúde coletiva, favorecendo a continuidade dos conhecimentos tradicionais e fortalecendo os processos de resistência cultural.

Essa compreensão também está presente nas reflexões de Eliane Potiguara e Daniel Munduruku. Conforme destaca Figueiredo (2018), a cosmovisão ameríndia apresentada por

esses autores valoriza a memória ancestral como elemento essencial para a preservação cultural e para o fortalecimento dos vínculos comunitários. Os conhecimentos herdados dos antepassados orientam as formas de cuidado e contribuem para a continuidade dos modos de vida indígenas diante dos desafios impostos pela sociedade contemporânea.

Na obra A Queda do Céu, Kopenawa e Albert (2015) demonstram que a floresta possui um significado profundo para os Yanomami, sendo considerada um espaço vivo, habitado por espíritos e intimamente ligado à existência humana. Nessa perspectiva, a destruição do território representa também uma ameaça à saúde, à cultura e à continuidade da vida coletiva. A relação entre território e bem-estar ultrapassa aspectos materiais, envolvendo dimensões espirituais, emocionais e sociais.

Barros (2010), ao discutir as relações entre saúde indígena, cosmologia e políticas públicas, destaca que os sistemas tradicionais de cuidado estão diretamente vinculados aos territórios onde os povos indígenas desenvolvem suas práticas culturais. Muitos conhecimentos relacionados às plantas medicinais, aos rituais e às formas de cura dependem da preservação dos ambientes tradicionais. Assim, a proteção dos territórios indígenas é também uma forma de preservar conhecimentos ancestrais e garantir a continuidade das práticas de cuidado.

Outro aspecto importante refere-se ao caráter coletivo do cuidado. Nas comunidades indígenas, a saúde é entendida como uma responsabilidade compartilhada entre os membros do grupo. O sofrimento de um indivíduo repercute sobre toda a comunidade, mobilizando ações coletivas voltadas para a proteção e o fortalecimento dos vínculos sociais. Esse entendimento difere das abordagens individualizadas predominantes na sociedade ocidental e evidencia a importância da solidariedade, da reciprocidade e da cooperação nos processos de cuidado.

A obra Temas de Cultura e Civilização Indígena demonstra que a coletividade constitui um dos princípios fundamentais da organização social indígena. As relações comunitárias favorecem a construção de redes de apoio e fortalecem mecanismos de enfrentamento das dificuldades cotidianas. Dessa forma, o cuidado coletivo contribui não apenas para a promoção da saúde física, mas também para o fortalecimento da identidade cultural e do bem-estar emocional das comunidades.

Portanto, ancestralidade, território e cuidado coletivo constituem pilares fundamentais dos modos de vida indígenas. Essas dimensões contribuem para a preservação da identidade cultural, para a continuidade dos conhecimentos tradicionais e para a promoção do bem viver. Compreender sua importância é essencial para reconhecer a riqueza das formas indígenas de

cuidado e das diversas maneiras pelas quais os povos originários constroem e mantêm a vida em comunidade.

4.5 As práticas tradicionais de cuidado e a promoção da saúde mental indígena

As práticas tradicionais de cuidado também desempenham papel fundamental na promoção da saúde mental dos povos indígenas. Diferentemente das abordagens centradas exclusivamente no indivíduo, os sistemas indígenas de cuidado compreendem o sofrimento como um fenômeno que envolve relações familiares, comunitárias, espirituais e territoriais. A manutenção dos vínculos comunitários, a participação nos rituais, o fortalecimento da identidade cultural e a preservação da relação com o território constituem importantes fatores de proteção frente às situações de sofrimento psíquico. Essas práticas favorecem o sentimento de pertencimento e fortalecem os mecanismos coletivos de enfrentamento das adversidades.

Quando se fala em saúde mental indígena, é importante compreender que muitos povos indígenas não separam corpo, mente e espírito da mesma forma que a sociedade ocidental. A saúde é entendida como um estado de equilíbrio entre a pessoa, a comunidade, a natureza, os ancestrais e os seres espirituais. Assim, o sofrimento emocional ou psicológico não é visto apenas como um problema individual, mas como algo que pode estar relacionado a desequilíbrios nas relações sociais, espirituais, culturais ou territoriais.

Nesse contexto, as práticas tradicionais de cuidado desempenham papel fundamental na promoção da saúde mental. Os rituais, as rezas, os cantos, as danças e as cerimônias fortalecem os vínculos comunitários e ajudam os indivíduos a enfrentar situações de sofrimento, medo, tristeza e insegurança. Essas práticas proporcionam acolhimento coletivo, reforçam o sentimento de pertencimento e ajudam a preservar a identidade cultural dos povos indígenas.

Outro aspecto importante é a atuação dos pajés, xamãs e lideranças espirituais. Eles são reconhecidos como pessoas que possuem conhecimentos especiais sobre cura, espiritualidade e equilíbrio da comunidade. Além de realizarem rituais e orientações espirituais, também contribuem para a resolução de conflitos, para o fortalecimento dos vínculos sociais e para a transmissão dos saberes ancestrais. Dessa forma, exercem um papel importante na proteção da saúde mental coletiva.

A relação com o território também influencia diretamente a saúde mental indígena. Para os povos indígenas, a terra não representa apenas um espaço de moradia, mas um local

de memória, ancestralidade, espiritualidade e identidade cultural. Quando ocorre a perda ou ameaça dos territórios tradicionais, muitas comunidades enfrentam sentimento de insegurança, sofrimento e ruptura cultural. Por isso, a preservação do território contribui para a manutenção do bem-estar e da qualidade de vida.

Além disso, os conhecimentos transmitidos pelos mais velhos fortalecem a autoestima, a identidade e o sentimento de pertencimento dos indivíduos. A ancestralidade funciona como uma fonte de orientação e proteção, permitindo que as novas gerações compreendam sua história, sua cultura e seu papel dentro da comunidade. Esse processo fortalece os laços sociais e ajuda a enfrentar os desafios impostos pelas transformações sociais e pelas situações de vulnerabilidade.

A partir das contribuições de Langdon (2005), Kopenawa e Albert (2015), Krenak (2019) e dos estudos sobre cosmologia indígena, observa-se que a promoção da saúde mental está diretamente relacionada à valorização dos saberes tradicionais e à preservação dos modos de vida indígenas. Assim, compreender as práticas tradicionais de cuidado significa reconhecer a existência de formas próprias de produzir saúde, bem-estar e equilíbrio coletivo.

Portanto, as práticas tradicionais de cuidado constituem elementos centrais para a manutenção da vida e da saúde nas comunidades indígenas. Por meio da espiritualidade, da ancestralidade, da relação com a natureza e da valorização dos conhecimentos transmitidos entre gerações, esses povos constroem sistemas complexos de cuidado que continuam desempenhando papel fundamental na promoção do bem viver e da saúde mental coletiva.

Segundo Langdon (2005), os processos de saúde e doença devem ser analisados a partir dos significados construídos culturalmente por cada sociedade. Para a autora, as formas indígenas de cuidado estão associadas a sistemas complexos de interpretação da realidade, nos quais os aspectos físicos, emocionais e espirituais são compreendidos de maneira integrada. Assim, a cura não se limita à eliminação de sintomas, mas envolve a restauração das relações sociais e espirituais que sustentam a vida comunitária.

A relação entre saúde mental e espiritualidade pode ser observada na obra A Queda do Céu, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015). Ao apresentar a cosmologia Yanomami, Kopenawa descreve um universo habitado por espíritos que participam ativamente da vida humana. Os xapiri, entidades espirituais da floresta, são considerados responsáveis pela proteção das pessoas e pela manutenção da ordem do mundo. Nesse contexto, os rituais xamânicos e os cantos tradicionais constituem importantes formas de cuidado, pois possibilitam a comunicação com esses espíritos e contribuem para o restabelecimento do equilíbrio quando ele é ameaçado.

A análise desenvolvida em A Queda do Céu e o xamanismo no discurso de Davi Kopenawa demonstra que o xamanismo não deve ser interpretado apenas como uma prática religiosa, mas como um sistema de conhecimento que articula aspectos sociais, culturais, ambientais e espirituais. O trabalho dos xamãs está diretamente relacionado à proteção da coletividade e à prevenção de situações que possam comprometer a harmonia da comunidade. Dessa forma, o cuidado tradicional atua tanto na promoção da saúde quanto na preservação da identidade cultural e dos vínculos sociais.

As contribuições de Eliane Potiguara e Daniel Munduruku também permitem compreender a importância das práticas tradicionais para a saúde mental indígena. Conforme analisa Figueiredo (2018), os autores apresentam uma cosmovisão ameríndia baseada na interdependência entre seres humanos, natureza e ancestralidade. Em suas narrativas, a espiritualidade aparece como elemento central para a construção da identidade e para a manutenção do bem viver. A valorização dos conhecimentos tradicionais e das memórias ancestrais fortalece o sentimento de pertencimento e contribui para a resistência cultural diante dos processos históricos de colonização e exclusão.

Outro aspecto relevante refere-se ao papel da ancestralidade na promoção da saúde mental. Os ensinamentos transmitidos pelos mais velhos, as histórias compartilhadas coletivamente e a preservação dos conhecimentos tradicionais constituem importantes mecanismos de fortalecimento emocional e social. A ancestralidade oferece referências culturais que auxiliam os indivíduos na construção de suas identidades e no enfrentamento das dificuldades vivenciadas ao longo da vida.

Nesse sentido, Krenak (2019) argumenta que os povos indígenas mantêm formas de existência fundamentadas na coletividade e na profunda conexão com a natureza. Para o autor, a ruptura dessas relações produz impactos significativos sobre a vida humana, uma vez que enfraquece os vínculos que sustentam a experiência coletiva. Assim, a preservação das práticas culturais, dos territórios e dos saberes ancestrais constitui um importante fator de proteção da saúde mental indígena.

A relação entre território e saúde mental também merece destaque. Para os povos indígenas, o território não representa apenas um espaço geográfico, mas um lugar de memória, espiritualidade, identidade e reprodução cultural. Conforme discutido em Saúde Indígena, Cosmologia e Políticas Públicas, a perda ou ameaça aos territórios tradicionais afeta diretamente as condições de vida das comunidades e compromete a continuidade de práticas fundamentais para a manutenção do equilíbrio coletivo. Nesse contexto, a proteção dos

territórios indígenas também deve ser compreendida como uma estratégia de promoção da saúde mental.

As reflexões presentes em Temas de Cultura e Civilização Indígena reforçam essa compreensão ao demonstrar que as práticas tradicionais de cuidado estão inseridas em sistemas culturais amplos, responsáveis pela organização da vida social e pela transmissão dos conhecimentos ancestrais. Os rituais, as cerimônias e as formas coletivas de cuidado contribuem para fortalecer a solidariedade comunitária e criar mecanismos de enfrentamento das adversidades, favorecendo o bem-estar coletivo.

Dessa forma, as práticas tradicionais de cuidado constituem importantes estratégias de promoção da saúde mental indígena. Ao fortalecer a identidade cultural, preservar os conhecimentos ancestrais, valorizar a espiritualidade e reafirmar os vínculos entre comunidade e território, essas práticas contribuem para a construção de formas próprias de bem viver. Mais do que recursos terapêuticos, elas representam expressões fundamentais das cosmologias indígenas e demonstram que a saúde mental está profundamente relacionada à continuidade dos modos de vida, das tradições e das relações que sustentam a existência dos povos originários.

5 POLÍTICA PÚBLICA E CUIDADOS PSICOSSOCIAIS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

A discussão sobre as políticas públicas e os cuidados psicossociais direcionados às comunidades tradicionais exige compreender, prioritariamente, a complexa teia que envolve o direito à saúde e o respeito à alteridade cultural. No cenário brasileiro, a implementação de diretrizes voltadas para os povos originários tensiona as estruturas do Estado, uma vez que demanda a superação de modelos assistenciais historicamente homogeneizadores. Assim, este capítulo propõe uma análise crítica dos mecanismos institucionais e normativos que regulam a atenção à saúde mental indígena, confrontando-os com as realidades e os saberes locais.

Para tanto, a reflexão é estruturada a partir do tensionamento entre o modelo biomédico hegemônico e as cosmovisões indígenas, avançando para a análise de marcos legais fundamentais, como a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI). Diante da evidente necessidade de superar barreiras etnocêntricas, discute-se o imperativo de uma atenção psicossocial efetivamente intercultural, que saiba dialogar com as práticas tradicionais de cura e com a centralidade que o território ocupa na produção de vida dessas comunidades.

Por fim, este percurso analítico converge para o debate sobre a atuação do Serviço Social nesse campo. Busca-se mapear os desafios ético-políticos e técnicos que os assistentes sociais enfrentam ao mediar a relação entre as diretrizes estatais e a garantia de direitos de povos que resistem ao apagamento cultural. Com essa estrutura, objetiva-se fundamentar a relevância de uma prática profissional comprometida com a descolonização do cuidado e com a justiça social.

5.1 Políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais

As políticas públicas destinadas às comunidades tradicionais representam um conjunto de ações desenvolvidas pelo Estado com o objetivo de garantir direitos sociais, culturais, territoriais e de saúde a grupos que possuem formas próprias de organização social e modos de vida específicos. Entre esses grupos estão os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais e comunidades de terreiro. Essas populações mantêm uma

estreita relação com seus territórios e com os conhecimentos transmitidos entre gerações, os quais constituem elementos fundamentais de sua identidade cultural.

No Brasil, um importante marco para o reconhecimento desses povos foi a criação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Essa política reconhece a diversidade cultural dessas populações e busca promover a inclusão social, a valorização dos conhecimentos tradicionais e a garantia do acesso aos serviços públicos, incluindo os serviços de saúde. Além disso, procura assegurar condições para que essas comunidades possam manter seus modos de vida sem perder suas características culturais.

A PNPCT tem como principais objetivos promover o desenvolvimento sustentável dessas populações, garantir seus direitos territoriais, fortalecer sua identidade cultural e ampliar o acesso às políticas públicas. Entre suas diretrizes estão o respeito à diversidade cultural, a participação social nos processos de tomada de decisão, a valorização dos conhecimentos tradicionais e a promoção da cidadania. Dessa forma, a política busca não apenas assegurar direitos básicos, mas também preservar os modos de vida que caracterizam essas comunidades.

No âmbito da saúde, destaca-se a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) na implementação de ações voltadas para as comunidades tradicionais. O SUS baseia-se nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, o que significa que todas as pessoas têm direito ao acesso aos serviços de saúde, considerando suas necessidades específicas. Para as comunidades tradicionais, isso implica a construção de estratégias que respeitem as diferenças culturais e promovam um atendimento adequado às particularidades de cada grupo.

A construção de políticas públicas voltadas para essas populações representa um avanço na busca pela equidade social, pois reconhece que grupos historicamente marginalizados necessitam de ações específicas que considerem suas particularidades culturais e territoriais. Dessa forma, as políticas públicas assumem um papel fundamental na promoção da cidadania e na redução das desigualdades sociais existentes no país.

Durante muitos anos, essas populações permaneceram à margem das políticas governamentais, enfrentando dificuldades de acesso à saúde, educação, saneamento básico, moradia e outros direitos essenciais. Além disso, sofreram processos históricos de exclusão social, discriminação e perda de territórios, fatores que contribuíram para o agravamento das desigualdades sociais e das condições de vida dessas comunidades. Diante dessa realidade, tornou-se necessária a formulação de políticas públicas específicas capazes de reconhecer suas particularidades culturais e garantir uma atenção mais equitativa.

Nesse contexto, foram criadas políticas específicas, como a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, que busca garantir uma assistência diferenciada e intercultural. Essa política reconhece que a saúde indígena está diretamente relacionada aos aspectos culturais, espirituais, ambientais e territoriais, exigindo abordagens que ultrapassem os modelos convencionais de atenção à saúde. Além disso, outras iniciativas voltadas para a promoção da equidade em saúde têm buscado ampliar o acesso de quilombolas, ribeirinhos e demais comunidades tradicionais aos serviços oferecidos pelo SUS.

Outro aspecto importante das políticas públicas direcionadas às comunidades tradicionais refere-se à participação social. A construção e o fortalecimento dessas políticas dependem da atuação das próprias comunidades nos espaços de controle social, como conselhos de saúde, conferências e fóruns de discussão. Essa participação permite que as demandas locais sejam identificadas e consideradas na elaboração de ações governamentais, contribuindo para políticas mais efetivas e alinhadas às necessidades reais da população.

Portanto, as políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais desempenham um papel fundamental na promoção da justiça social, da inclusão e da garantia de direitos. Ao reconhecer e valorizar a diversidade cultural existente no Brasil, essas políticas contribuem para a redução das desigualdades históricas e para a construção de uma sociedade mais democrática, plural e comprometida com o respeito às diferenças. Além disso, representam um instrumento essencial para a preservação dos conhecimentos tradicionais, dos territórios e das formas próprias de organização social que constituem o patrimônio cultural dessas populações.

Desde 2010 a saúde indígena está a cargo da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) que tem por objetivo "coordenar e executar o processo de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI) em todo território nacional. A SESAI tem como missão principal a proteção, a promoção e a recuperação da saúde dos povos indígenas e exercer a gestão de saúde indígena, bem como orientar o desenvolvimento das ações de atenção integral à saúde indígena e de educação em saúde segundo as peculiaridades, o perfil epidemiológico e a condição sanitária de cada Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), em consonância com as políticas e programas do Sistema Único de Saúde – SUS". A Secretaria conta com cinco áreas:

1) Departamento de Gestão da Saúde Indígena (DGSI), cuja função é, como o próprio nome indica, garantir a gestão ou a operação do sistema;
2) Departamento de Atenção à Saúde Indígena (DASI) é um órgão de planejamento e supervisão das ações;

3) Distrito Sanitário Especial Indígena, (DSEI) em número de 34. Unidade gestora, descentralizada com o objetivo de garantir a regionalização dos serviços atendendo as especificidades das etnias/populações;
4) Polo Base, em número de 351, que capilariza ainda mais o sistema; e
5) Controle Social - realizado por dois conselhos: o Conselho Local de Saúde Indígena (CLSI), composto apenas por indígenas e de caráter consultivo; e o Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI) de formação paritária com poder deliberativo; além do Fórum dos Presidentes do CONDSI, de caráter apenas consultivo (Portal da Saúde).

A saúde indígena no Brasil vive hoje uma situação de crise. Apesar da política pública desenvolvida no âmbito federal principalmente a partir de 1999, os resultados obtidos até agora, segundo as lideranças indígenas é muito insatisfatório. Pela qualidade dos serviços de saneamento e de atendimento, que se refletem nos altos índices de morbidade que afetam principalmente as crianças e os idosos (Governo do Estado de São Paulo, 2010, p. 76). Embora o Brasil tenha dado passos importantes com a criação de políticas específicas, como a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), ainda há uma disparidade considerável entre as necessidades das comunidades indígenas e a efetividade das políticas implementadas.

A crítica das lideranças indígenas reflete uma realidade em que a implementação das políticas muitas vezes não corresponde às demandas locais, como a falta de infraestrutura adequada de saúde, o despreparo de profissionais e a escassez de recursos específicos para garantir o atendimento adequado.

A saúde mental dos povos indígenas no Brasil constitui um tema de grande relevância social e sanitária, especialmente diante dos indicadores alarmantes de sofrimento psíquico identificados na literatura. O estudo de Aranão (2024) demonstra que as populações indígenas enfrentam múltiplas situações de vulnerabilidade, incluindo elevados índices de suicídio, abuso de álcool e transtornos mentais relacionados a contextos históricos de exclusão e violência estrutural.

A leitura dos textos evidencia que o adoecimento mental indígena não pode ser analisado de forma isolada, pois está profundamente relacionado a fatores como desigualdade social, perda territorial, discriminação e fragilidade das políticas públicas direcionadas a esses povos. Esses dados justificam a necessidade de aprofundar a discussão sobre saúde mental

indígena, uma vez que se trata de um problema complexo, multifatorial e ainda insuficientemente abordado sob uma perspectiva culturalmente sensível.

Baseado principalmente em Aranao (2024). Os estudos indicam que, embora existam políticas públicas voltadas à saúde indígena, muitas intervenções ainda se baseiam predominantemente no modelo biomédico ocidental, que nem sempre dialoga com os sistemas tradicionais de cuidado. Ele evidencia dificuldades na implementação de políticas eficazes devido à falta de consideração das especificidades culturais dos diferentes povos

5.2 O cuidado psicossocial nas comunidades tradicionais

O cuidado psicossocial é uma abordagem que compreende a saúde de forma integral, considerando aspectos biológicos, psicológicos, sociais, culturais e espirituais. Diferentemente dos modelos tradicionais centrados apenas na doença, essa perspectiva busca compreender o indivíduo em seu contexto de vida, valorizando suas relações familiares, comunitárias e culturais.

Nas comunidades tradicionais, o cuidado psicossocial está intimamente ligado às práticas culturais e aos saberes ancestrais. Muitas vezes, o processo de cuidado envolve não apenas profissionais da saúde, mas também lideranças comunitárias, pajés, benzedeiras, rezadores e outros agentes reconhecidos pela comunidade como defensores de conhecimentos capazes de promover o equilíbrio físico, emocional e espiritual.

Para essas populações, o sofrimento psíquico nem sempre é compreendido da mesma forma que nos modelos biomédicos ocidentais. Em diversas culturas tradicionais, a saúde mental está associada à harmonia entre o indivíduo, a comunidade, a natureza e o mundo espiritual. Dessa forma, estratégias de cuidado que ignoram esses elementos tendem a apresentar menor efetividade. Por isso, torna-se essencial que os serviços de saúde respeitem e dialoguem com as formas tradicionais de cuidado existentes nos territórios.

O modelo de atenção psicossocial adotado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente após a Reforma Psiquiátrica Brasileira, contribuiu para a construção de práticas mais humanizadas e inclusivas. A Reforma Psiquiátrica propôs a substituição do modelo hospitalocêntrico por uma rede de atenção baseada no acolhimento, na convivência comunitária e na promoção da autonomia dos indivíduos. Nesse contexto, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) passaram a desempenhar papel fundamental na assistência à

saúde mental, oferecendo acompanhamento contínuo e articulado com outros serviços da rede de saúde.

Nas comunidades quilombolas, por exemplo, a ancestralidade, a memória coletiva, a religiosidade e os laços de solidariedade comunitária constituem importantes mecanismos de proteção da saúde mental. O sentimento de pertencimento ao grupo, a preservação das tradições culturais e a valorização da identidade étnica contribuem para o fortalecimento emocional e para o enfrentamento das adversidades cotidianas.

Outro aspecto importante refere-se à relação entre território e saúde mental. Para as comunidades tradicionais, o território não representa apenas um espaço físico de moradia ou produção econômica. Trata-se de um elemento central para a identidade cultural, para a espiritualidade e para a reprodução dos modos de vida. Quando ocorre a perda ou ameaça dos territórios tradicionais, surgem impactos que vão além das questões materiais, atingindo profundamente a saúde mental das populações envolvidas.

Nesse sentido, diversos estudos apontam que os principais fatores associados ao sofrimento psíquico em comunidades tradicionais incluem a exclusão social, o racismo estrutural, a discriminação, a pobreza, a violência, a perda territorial e as dificuldades de acesso aos serviços públicos. Esses fatores atuam como determinantes sociais da saúde e influenciam diretamente a qualidade de vida das populações tradicionais, exigindo respostas que ultrapassem o âmbito exclusivamente clínico.

Por essa razão, os cuidados psicossociais nessas comunidades devem estar articulados a ações de promoção da saúde, fortalecimento comunitário e garantia de direitos. O trabalho desenvolvido pelas equipes de saúde deve incluir atividades educativas, rodas de conversa, visitas domiciliares, acompanhamento familiar, grupos comunitários e ações voltadas para a valorização da cultura local. Essas estratégias favorecem a construção de vínculos entre profissionais e comunidade, fortalecendo a confiança nos serviços oferecidos e ampliando a efetividade das intervenções.

A participação comunitária também constitui um elemento essencial para o sucesso das ações psicossociais. O envolvimento das lideranças locais, dos anciãos, das organizações comunitárias e dos agentes de saúde possibilita que as intervenções sejam construídas de maneira mais adequada às necessidades da população. Além disso, promove o protagonismo das comunidades na definição de estratégias de cuidado, respeitando sua autonomia e seus conhecimentos tradicionais.

A Rede de Atenção Psicossocial é o principal dispositivo do SUS para o cuidado em saúde mental, incluindo os povos indígenas como população prioritária, embora ainda existam

dificuldades de acesso, continuidade do cuidado e adequação cultural dos serviços (Batista et al., 2022, p. 48). Mesmo com políticas existentes, muitos povos indígenas ainda enfrentam barreiras institucionais, o que evidencia a necessidade de reorganizar os serviços com base em uma perspectiva intercultural e territorialidade.

De acordo com Suyá e Andrade (2024, p. 10-12), o cuidado indígena em saúde mental envolve práticas tradicionais como rituais, uso de plantas medicinais, práticas espirituais, atuação de pajés e fortalecimento dos vínculos comunitários. Essas práticas desempenham papel fundamental tanto na prevenção quanto no tratamento do sofrimento psíquico, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural, do sentimento de pertencimento e do bem-estar psicológico das comunidades indígenas.

Essa concepção de cuidado ganhou maior visibilidade no Brasil com a Reforma Psiquiátrica e com a criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que passou a defender um modelo de atenção baseado na promoção da autonomia, na participação da comunidade, na valorização das relações sociais e no respeito às diferentes formas de viver e compreender o processo saúde-doença. Assim, o cuidado ultrapassa a dimensão clínica e passa a incorporar aspectos culturais, afetivos e coletivos, reconhecendo que cada grupo social possui maneiras próprias de produzir cuidado e enfrentar o sofrimento.

Quando essa perspectiva é aplicada às comunidades tradicionais, especialmente aos povos indígenas, torna-se necessário reconhecer que a saúde mental não pode ser compreendida apenas pelos referenciais da medicina ocidental. Nessas comunidades, o sofrimento e o cuidado estão profundamente relacionados às cosmologias, aos modos de vida, ao território, à espiritualidade e às relações comunitárias. Dessa forma, a promoção da saúde mental exige o reconhecimento dos conhecimentos tradicionais e das formas próprias de cuidado desenvolvidas historicamente por cada povo.

Nesse contexto, as estratégias de atenção psicossocial precisam dialogar com os saberes indígenas, respeitando suas formas de organização social e suas práticas culturais. Um exemplo dessa perspectiva é apresentado por Carvalho et al. (2023), ao descrever experiências de promoção da saúde mental desenvolvidas com povos indígenas por meio de rodas de conversa inspiradas no Círculo de Cultura de Paulo Freire. Os autores demonstram que o diálogo, a escuta coletiva e a participação da comunidade fortalecem vínculos, valorizam os conhecimentos locais e favorecem práticas de cuidado construídas conjuntamente, evitando a reprodução de modelos assistenciais centrados exclusivamente na lógica biomédica.

Essa necessidade de reconhecer outras formas de compreender o processo saúde-doença também é discutida por Langdon (2005), ao afirmar que o adoecimento, nas sociedades indígenas, não pode ser reduzido aos aspectos biológicos. A autora demonstra que saúde e doença são construções socioculturais e que os processos de cura envolvem dimensões espirituais, familiares, ambientais e coletivas. Nessa perspectiva, o cuidado psicossocial aproxima-se dos conhecimentos indígenas ao reconhecer que o bem-estar depende da manutenção do equilíbrio entre as pessoas, a comunidade, a natureza e o mundo espiritual.

Essa compreensão dialoga com a análise de Edir Pina de Barros ao estudar os Kurâ-Bakairi. O autor evidencia que práticas como a escarificação, os rituais de cura e a atuação dos especialistas tradicionais não constituem apenas manifestações culturais, mas formas legítimas de cuidado, fundamentadas na cosmologia desse povo. O equilíbrio do corpo está relacionado ao equilíbrio espiritual e às relações estabelecidas com o território, os ancestrais e os demais seres que compõem o universo indígena.

Essa perspectiva também está presente nas reflexões de Ailton Krenak (2019), ao defender que a separação entre humanidade e natureza representa uma das principais características da racionalidade moderna. Para o autor, os povos indígenas mantêm formas de existência fundamentadas no pertencimento ao território e na coletividade, compreendendo que a saúde da comunidade depende da preservação das relações entre pessoas, natureza e ancestralidade.

Estudos recentes sobre saúde mental indígena reforçam essa compreensão ao demonstrar que práticas culturais como rituais, narrativas orais, uso de plantas medicinais, rezas, cantos e fortalecimento dos vínculos comunitários constituem importantes estratégias de promoção da saúde mental. Essas práticas favorecem o bem-estar emocional, fortalecem a identidade coletiva e contribuem para a elaboração dos sofrimentos produzidos por processos históricos de violência, colonização e perda territorial. Além disso, evidenciam que o cuidado psicossocial, quando desenvolvido de forma intercultural, torna-se mais sensível às especificidades dos povos indígenas e fortalece práticas de cuidado construídas em diálogo com seus conhecimentos tradicionais

Dessa forma, compreender o cuidado psicossocial nas comunidades tradicionais significa reconhecer que a promoção da saúde mental não depende apenas da oferta de serviços especializados, mas também da valorização dos saberes ancestrais, da espiritualidade, do território e das formas próprias de organização comunitária. Para os povos indígenas, cuidar da saúde mental é preservar a coletividade, fortalecer a identidade cultural e

manter o equilíbrio entre os diferentes elementos que constituem a vida, demonstrando que práticas tradicionais e políticas públicas podem dialogar na construção de um cuidado mais integral, humanizado e intercultural.

5.3 Saúde mental e a valorização dos saberes tradicionais

A saúde mental nas comunidades tradicionais não pode ser compreendida apenas sob a ótica biomédica, baseada exclusivamente no diagnóstico e tratamento de transtornos mentais. Para esses povos, a saúde está relacionada a um conjunto de fatores que envolvem aspectos físicos, emocionais, sociais, culturais, espirituais e ambientais. Dessa forma, a compreensão do bem-estar ultrapassa a dimensão individual e passa a ser entendida como resultado do equilíbrio entre a pessoa, a comunidade, a natureza e os elementos sagrados que fazem parte de sua visão de mundo.

Nesse contexto, a valorização dos saberes tradicionais torna-se fundamental para a promoção da saúde mental e para a construção de práticas de cuidado culturalmente adequadas. Os saberes tradicionais correspondem ao conjunto de conhecimentos, crenças, valores e práticas desenvolvidos e transmitidos ao longo das gerações por diferentes povos e comunidades. Esses conhecimentos orientam a forma como essas populações compreendem a vida, a doença, a cura, a espiritualidade e as relações sociais.

Entre os povos indígenas, por exemplo, a saúde mental está diretamente associada ao equilíbrio entre o ser humano e os demais elementos que compõem o universo. Muitas cosmologias indígenas entendem que todos os seres humanos, animais, plantas, rios e espíritos estão interligados e participam de uma mesma rede de relações. Assim, qualquer desequilíbrio nessas relações pode afetar o bem-estar individual e coletivo. Por essa razão, práticas como rituais, cantos, rezas, cerimônias espirituais e o uso de plantas medicinais são frequentemente utilizadas para restaurar a harmonia e promover a cura.

Os pajés, xamãs, rezadores, curandeiros e anciãos desempenham papel essencial nesse processo. Além de serem guardiões da memória coletiva, esses sujeitos são reconhecidos pelas comunidades como responsáveis pela transmissão dos conhecimentos tradicionais e pela condução de práticas terapêuticas. Seu trabalho não se limita ao tratamento de doenças, mas envolve também a orientação espiritual, a mediação de conflitos e o fortalecimento dos laços comunitários. Dessa forma, tornam-se agentes fundamentais na promoção da saúde mental e do bem-estar coletivo.

Nas comunidades quilombolas e em outras comunidades tradicionais, a valorização da ancestralidade também exerce papel importante na construção da saúde mental. As histórias compartilhadas entre gerações, as manifestações culturais, os festejos religiosos, as práticas de solidariedade e o sentimento de pertencimento fortalecem a identidade coletiva e funcionam como mecanismos de proteção contra o sofrimento psíquico. O reconhecimento das raízes culturais contribui para o fortalecimento da autoestima, da resistência social e da capacidade de enfrentamento diante das dificuldades vivenciadas por essas populações.

A literatura científica tem demonstrado que a preservação dos saberes tradicionais está diretamente relacionada à promoção da saúde e da qualidade de vida. Quando os conhecimentos tradicionais são desvalorizados ou ignorados pelos serviços de saúde, podem ocorrer rupturas culturais que comprometem os processos de cuidado e dificultam a adesão das comunidades às ações de saúde. Por outro lado, quando há respeito e diálogo entre os saberes científicos e tradicionais, torna-se possível construir práticas mais eficazes, humanizadas e culturalmente sensíveis.

Nesse sentido, surge o conceito de interculturalidade em saúde, que propõe a interação respeitosa entre diferentes sistemas de conhecimento. A interculturalidade não significa substituir os saberes tradicionais pelos conhecimentos científicos nem o contrário. Trata-se de promover um diálogo entre essas diferentes formas de compreender a realidade, reconhecendo que ambas possuem contribuições importantes para o cuidado. Essa perspectiva tem sido cada vez mais defendida pelas políticas públicas voltadas para os povos e comunidades tradicionais, especialmente no campo da saúde indígena.

Outro aspecto importante refere-se ao conceito de "Bem Viver", amplamente presente em diversas culturas indígenas da América Latina. O Bem Viver representa uma forma de organização da vida baseada na harmonia entre os seres humanos, a coletividade e a natureza. Diferentemente das concepções ocidentais centradas no individualismo, esse conceito enfatiza a cooperação, o respeito à diversidade, a espiritualidade e o equilíbrio ambiental. No campo da saúde mental, o Bem Viver é compreendido como uma condição de plenitude que envolve não apenas a ausência de sofrimento, mas também a manutenção dos vínculos comunitários, culturais e espirituais.

Entretanto, a valorização dos saberes tradicionais enfrenta desafios significativos na atualidade. Processos de urbanização, expansão econômica, conflitos territoriais, discriminação cultural e perda de territórios tradicionais têm contribuído para o enfraquecimento de práticas ancestrais e para o aumento do sofrimento psicossocial em

diversas comunidades. Além disso, muitos serviços de saúde ainda apresentam dificuldades para incorporar efetivamente os conhecimentos tradicionais em suas práticas assistenciais.

Diante desse cenário, torna-se fundamental fortalecer políticas públicas que promovam o reconhecimento e a valorização dos saberes tradicionais como componentes legítimos dos processos de cuidado. A formação dos profissionais de saúde também deve incluir conteúdos relacionados à diversidade cultural, à interculturalidade e às cosmologias dos povos tradicionais, possibilitando uma atuação mais sensível e respeitosa diante das diferentes formas de compreender a saúde e a doenças.

Percebe-se que as práticas culturais se percebem que as práticas culturais não devem ser vistas como complementares ao SUS, mas como epistemologias próprias de cuidado. Defende-se que a interculturalidade em saúde mental exige reconhecimento da legitimidade desses saberes e não apenas sua adaptação ao modelo biomédico.

Segundo o Instituto Socioambiental (2025), o sistema de saúde indígena é historicamente baseado em práticas tradicionais que incluem rituais, uso de plantas medicinais, cura espiritual, transmissão oral de saberes e atuação de pajés ou curadores. Esse conjunto de práticas forma o que os povos indígenas reconhecem como “sistema próprio de cuidado”, que busca restabelecer o equilíbrio entre o indivíduo e a comunidade.

Gonçalo (2025) analisa a colonialidade do saber nas políticas públicas de saúde mental, destacando que modelos eurocêntricos e individualizantes desconsideram as concepções indígenas de bem-estar, que são holísticas e integradas ao território e à ancestralidade. O autor aponta a necessidade de uma abordagem intercultural e decolonial que respeite os saberes tradicionais e promova protagonismo indígena na formulação de políticas (Gonçalo, 2025).

Então compreende-se que a descolonização da saúde mental é condição fundamental para a efetividade do cuidado. Enquanto prevalecer uma lógica universalizante, haverá invisibilização das práticas tradicionais. Portanto, sustenta-se que o SUS deve avançar para uma perspectiva intercultural crítica, reconhecendo a autonomia epistemológica dos povos indígenas.

A saúde mental dos povos indígenas deve ser compreendida a partir de uma perspectiva intercultural, que considere os modos próprios de vida, espiritualidade, território e organização comunitária. A concepção de saúde entre os povos originários é distinta do modelo biomédico ocidental, estruturando-se a partir do equilíbrio entre corpo, espírito, natureza e coletividade. esse sentido, compreende-se que a política pública, embora formalmente estruturada para atender às populações indígenas por meio de programas e

diretrizes específicas, ainda apresenta limitações significativas em sua implementação prática. Grande parte das ações desenvolvidas no campo da saúde continua fundamentada em uma lógica predominantemente biomédica, centrada na doença, no diagnóstico clínico e no tratamento medicamentoso. Essa perspectiva, apesar de sua relevância, muitas vezes não contempla as concepções indígenas de saúde, doença, cura e bem viver, que envolvem dimensões espirituais, coletivas, territoriais e cosmológicas.

A ausência de um diálogo intercultural efetivo entre os serviços de saúde e os sistemas tradicionais de cuidado não deve ser compreendida apenas como uma dificuldade operacional ou administrativa. Trata-se de um processo historicamente construído, marcado pela valorização dos conhecimentos científicos ocidentais em detrimento dos saberes produzidos pelos povos indígenas. Esse fenômeno pode ser interpretado como uma forma de invisibilização epistemológica, na qual determinados conhecimentos são reconhecidos como legítimos e universais, enquanto outros são desconsiderados, marginalizados ou vistos como inferiores.

Historicamente, as populações indígenas foram submetidas a processos de colonização que buscaram não apenas ocupar seus territórios, mas também desqualificar suas formas de conhecimento, espiritualidade e organização social. Mesmo após importantes avanços legais no reconhecimento dos direitos indígenas, muitos desses mecanismos de exclusão continuam presentes de maneira sutil nas instituições públicas. Como consequência, práticas tradicionais de cuidado, como os rituais de cura, os conhecimentos dos pajés, o uso de plantas medicinais e os processos coletivos de resolução de conflitos, frequentemente ocupam uma posição secundária nas estratégias oficiais de atenção à saúde.

A compreensão de saúde mental no contexto indígena ultrapassa a perspectiva biomédica ocidental. Conforme o documento *Atenção Psicossocial aos Povos Indígenas* (BRASIL, 2019, p. 10), o próprio termo “saúde mental” é questionado, uma vez que a noção de “mente” constitui um construto da modernidade ocidental. **Langdon (2005)** também contribui para essa compreensão ao discutir a construção sociocultural da doença e os desafios dessa perspectiva para as práticas de saúde.

Aranão et al. (2024, p. 343-344) apontam que o sofrimento mental indígena é multifatorial, estando relacionado a processos históricos de colonização, perda territorial e exclusão social. Embora exista a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), sua aplicação nem sempre ocorre de forma efetiva, seja por falhas técnicas ou pela negligência das especificidades culturais. A revisão integrativa identifica fatores como alcoolismo, suicídio e vulnerabilidades sociais como agravantes da saúde mental indígena.

Percebe-se que as práticas culturais não devem ser vistas como complementares ao SUS, mas como epistemologias próprias de cuidado. Defende-se que a interculturalidade em saúde mental exige reconhecimento da legitimidade desses saberes e não apenas sua adaptação ao modelo biomédico.

Gonçalo (2025) analisa a colonialidade do saber nas políticas públicas de saúde mental, destacando que modelos eurocêntricos e individualizantes desconsideram as concepções indígenas de bem-estar, que são holísticas e integradas ao território e à ancestralidade. O autor aponta a necessidade de uma abordagem intercultural e decolonial que respeite os saberes tradicionais e promova protagonismo indígena na formulação de políticas (Gonçalo, 2025).

Então compreende-se que a descolonização da saúde mental é condição fundamental para a efetividade do cuidado. Enquanto prevalecer uma lógica universalizante, haverá invisibilização das práticas tradicionais. Portanto, sustenta-se que o SUS deve avançar para uma perspectiva intercultural crítica, reconhecendo a autonomia epistemológica dos povos indígenas.

A revisão integrativa identifica fatores como alcoolismo, suicídio e vulnerabilidades sociais como agravantes da saúde mental indígena. Portanto, superar a invisibilização epistemológica percebe-se que as práticas culturais não devem ser vistas como complementares ao SUS, mas como epistemologias próprias de cuidado. Defende-se que a interculturalidade em saúde mental exige reconhecimento da legitimidade desses saberes e não apenas sua adaptação ao modelo biomédico.

Gonçalo (2025) analisa a colonialidade do saber nas políticas públicas de saúde mental, destacando que modelos eurocêntricos e individualizantes desconsideram as concepções indígenas de bem-estar, que são holísticas e integradas ao território e à ancestralidade. O autor aponta a necessidade de uma abordagem intercultural e decolonial que respeite os saberes tradicionais e promova protagonismo indígena na formulação de políticas (Gonçalo, 2025, p. 446-448). Então compreende-se que a descolonização da saúde mental é condição fundamental para a efetividade do cuidado. Enquanto prevalecer uma lógica universalizante, haverá invisibilização das práticas tradicionais. Portanto, sustenta-se que o SUS deve avançar para uma perspectiva intercultural crítica, reconhecendo a autonomia epistemológica dos povos indígenas.

Essa compreensão dialoga diretamente com o estudo de Santos et al. (2025), que afirmam que as práticas culturais indígenas envolvem dimensões espirituais, sociais e territoriais, funcionando como formas integradas de cuidado e resistência cultural (Santos et

al., 2025, p. 13-14). Defende-se que a interculturalidade em saúde mental exige reconhecimento da legitimidade desses saberes e não apenas sua adaptação ao modelo biomédico.

Gonçalo (2025) analisa a colonialidade do saber nas políticas públicas de saúde mental, destacando que modelos eurocêntricos e individualizantes desconsideram as concepções indígenas de bem-estar, que são holísticas e integradas ao território e à ancestralidade. O autor aponta a necessidade de uma abordagem intercultural e decolonial que respeite os saberes tradicionais e promova protagonismo indígena na formulação de políticas (Gonçalo, 2025, p. 446-448).

Então compreende-se que a descolonização da saúde mental é condição fundamental para a efetividade do cuidado. Enquanto prevalecer uma lógica universalizante, haverá invisibilização das práticas tradicionais. Portanto, sustenta-se que o SUS deve avançar para uma perspectiva intercultural crítica, reconhecendo a autonomia epistemológica dos povos indígenas.

Essa compreensão dialoga diretamente com o estudo de Santos et al. (2025), que afirmam que as práticas culturais indígenas envolvem dimensões espirituais, sociais e territoriais, funcionando como formas integradas de cuidado e resistência cultural (Santos et al., 2025, p. 13-14). Implica reconhecer os povos indígenas como sujeitos produtores de conhecimento e protagonistas de seus próprios processos de cuidado. Somente por meio dessa mudança de perspectiva será possível construir políticas públicas verdadeiramente interculturais, comprometidas com a diversidade cultural, a justiça social e a promoção de uma atenção psicossocial que respeite as diferentes formas de compreender e viver a saúde.

5.4 Desafios e perspectivas para a atenção psicossocial nas comunidades tradicionais

Apesar dos avanços obtidos por meio das políticas públicas, ainda existem inúmeros desafios relacionados à oferta de cuidados psicossociais para as comunidades tradicionais. Muitas dessas populações vivem em regiões distantes dos grandes centros urbanos, enfrentando dificuldades de acesso aos serviços especializados de saúde mental.

Além das barreiras geográficas, fatores como pobreza, exclusão social, racismo, preconceito, conflitos territoriais e ameaças aos modos de vida tradicionais podem gerar impactos significativos sobre a saúde mental dessas comunidades. A perda de territórios, por

exemplo, não representa apenas uma questão econômica, mas também uma ruptura cultural e espiritual que pode produzir sofrimento coletivo.

Diante desse cenário, torna-se necessário fortalecer políticas públicas que promovam a equidade no acesso aos serviços de saúde, garantindo uma atenção integral e culturalmente sensível. Também é fundamental ampliar a formação dos profissionais de saúde para que estejam preparados para atuar em contextos interculturais, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de compreensão da saúde, da doença e do cuidado.

Assim, os cuidados psicossociais nas comunidades tradicionais devem ser compreendidos como estratégias que vão além do tratamento de transtornos mentais, envolvendo a promoção da qualidade de vida, o fortalecimento da identidade cultural, a proteção dos territórios e a valorização dos conhecimentos tradicionais, elementos essenciais para a construção de uma saúde integral e humanizada.

Outro fator que afeta significativamente a saúde mental dessas populações é a vulnerabilidade social. Comunidades tradicionais frequentemente enfrentam situações de pobreza, exclusão social, racismo, preconceito e discriminação institucional. Esses fatores constituem importantes determinantes sociais da saúde e contribuem para o surgimento de sofrimento psíquico, ansiedade, depressão e outros agravos relacionados à saúde mental. O racismo estrutural, por exemplo, continua sendo uma realidade enfrentada por muitos povos indígenas e comunidades quilombolas, produzindo impactos negativos sobre a autoestima, a identidade cultural e a qualidade de vida.

Os conflitos territoriais também representam um dos maiores desafios para a saúde mental das comunidades tradicionais. O território possui um significado que vai muito além da dimensão física ou econômica. Para esses povos, a terra está associada à ancestralidade, à espiritualidade, à memória coletiva e à preservação dos modos de vida. Quando ocorre a perda ou ameaça dos territórios tradicionais, os impactos atingem não apenas a sobrevivência material, mas também a identidade cultural e o equilíbrio emocional das comunidades. Estudos demonstram que situações de invasão territorial, exploração ilegal de recursos naturais, desmatamento e deslocamentos forçados podem gerar sentimento de insegurança, medo, tristeza e sofrimento coletivo.

Outro desafio importante refere-se ao enfraquecimento dos saberes tradicionais decorrente dos processos de urbanização, globalização e mudanças socioculturais. Muitos conhecimentos ancestrais correm o risco de desaparecer devido à perda de línguas indígenas, à redução das práticas culturais e à diminuição da transmissão de conhecimentos entre

gerações. Esse processo pode comprometer mecanismos tradicionais de cuidado e proteção da saúde mental, enfraquecendo elementos fundamentais para o bem-estar das comunidades.

Diante desses desafios, torna-se necessário fortalecer as políticas públicas voltadas para a saúde mental das comunidades tradicionais. Uma das principais perspectivas para o futuro consiste na ampliação das práticas interculturais de cuidado. A interculturalidade propõe o diálogo respeitoso entre os conhecimentos científicos e os saberes tradicionais, reconhecendo que diferentes formas de compreender a saúde e a doença podem coexistir e contribuir para a construção de estratégias mais eficazes de atenção psicossocial.

Outra perspectiva importante é o fortalecimento da formação profissional voltada para a diversidade cultural. Profissionais de saúde, assistência social e educação precisam desenvolver competências que permitam compreender as especificidades culturais das comunidades tradicionais e atuar de forma ética, respeitosa e sensível às suas necessidades. A inclusão de conteúdos relacionados às cosmologias indígenas, aos saberes tradicionais e à saúde intercultural nos processos de formação acadêmica pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade da assistência oferecida.

Também é fundamental ampliar a participação das próprias comunidades na elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas. A participação social fortalece a autonomia dos povos tradicionais e possibilita que suas demandas sejam incorporadas aos processos de gestão e planejamento das ações governamentais. Conselhos de saúde, conferências e fóruns de discussão representam importantes espaços para a construção de políticas mais democráticas e adequadas às realidades locais.

Além disso, a valorização dos saberes tradicionais deve ser entendida como uma estratégia essencial para a promoção da saúde mental. O reconhecimento do papel desempenhado por pajés, rezadores, benzedeiras, lideranças espirituais e anciãos permite fortalecer práticas de cuidado já existentes nas comunidades e favorecer a construção de ações integradas entre os serviços de saúde e os sistemas tradicionais de cura.

Nesse sentido, o conceito de Bem Viver apresenta-se como uma importante referência para a construção de políticas públicas mais inclusivas. Baseado na harmonia entre os seres humanos, a coletividade e a natureza, o Bem Viver propõe uma compreensão ampliada da saúde, valorizando a qualidade das relações sociais, a preservação ambiental, a espiritualidade e o respeito à diversidade cultural. Essa perspectiva contribui para superar modelos centrados exclusivamente na doença e orienta a construção de práticas voltadas para a promoção da vida em sua integralidade.

Portanto, os desafios enfrentados pelas comunidades tradicionais no campo da saúde mental exigem respostas que vão além da ampliação dos serviços especializados. É necessário desenvolver estratégias que considerem os determinantes sociais da saúde, respeitem as especificidades culturais e fortaleçam os modos próprios de cuidado presentes nessas populações. Somente por meio de uma abordagem intercultural, participativa e comprometida com a garantia de direitos será possível construir uma atenção psicossocial verdadeiramente inclusiva e capaz de promover o bem-estar individual e coletivo dessas comunidades.

Outro aspecto relevante refere-se à insuficiência da cobertura dos serviços especializados de saúde mental. Embora a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) tenha ampliado o acesso aos cuidados em saúde mental em diversas regiões do país, muitas comunidades tradicionais ainda permanecem distantes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e de outros serviços especializados. Em áreas indígenas, quilombolas e ribeirinhas, por exemplo, as dificuldades de transporte e deslocamento representam obstáculos significativos para a continuidade do acompanhamento terapêutico. Em muitos casos, os usuários precisam percorrer longas distâncias para obter atendimento, o que reduz a frequência das consultas e compromete a efetividade das intervenções.

Além das limitações estruturais, existe também o desafio da adequação cultural dos serviços. Muitos modelos de atenção à saúde mental foram desenvolvidos com base em concepções ocidentais de saúde e doença, nem sempre compatíveis com as formas de compreensão presentes nas comunidades tradicionais. Isso ocorre porque os profissionais frequentemente recebem formação voltada para uma perspectiva biomédica, que nem sempre contempla conhecimentos relacionados à diversidade cultural, à espiritualidade e aos sistemas tradicionais de cuidado. Como consequência, podem surgir conflitos entre os saberes científicos e os conhecimentos locais, dificultando a construção de vínculos entre profissionais e comunidades.

A questão territorial também exerce forte influência sobre a saúde mental dessas populações. Para os povos tradicionais, o território não é apenas um espaço geográfico, mas um elemento fundamental para a preservação da cultura, da memória, da espiritualidade e da identidade coletiva. Quando ocorre a perda de terras, invasões territoriais, degradação ambiental ou exploração indevida dos recursos naturais, as consequências atingem diretamente o equilíbrio emocional e social das comunidades. O rompimento dos vínculos com o território pode provocar sentimento de insegurança, tristeza, sofrimento coletivo e enfraquecimento das práticas culturais que sustentam os processos tradicionais de cuidado.

Outro desafio importante está relacionado ao aumento dos impactos decorrentes das transformações sociais contemporâneas. A expansão urbana, o avanço das tecnologias digitais, as mudanças econômicas e os processos de globalização têm influenciado os modos de vida das comunidades tradicionais. Embora essas transformações possam trazer benefícios em determinados aspectos, também podem contribuir para o enfraquecimento das tradições culturais, para a perda de línguas indígenas e para a diminuição da transmissão de conhecimentos entre as gerações. Esse cenário pode gerar conflitos identitários, especialmente entre os jovens, que muitas vezes vivenciam tensões entre os valores tradicionais e as influências da sociedade contemporânea.

O sofrimento mental relacionado ao racismo estrutural e à discriminação também merece destaque. Povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais frequentemente enfrentam preconceitos que afetam sua autoestima, suas oportunidades de acesso a direitos e sua participação social. Essas experiências de discriminação produzem impactos psicológicos importantes, contribuindo para sentimentos de exclusão, desvalorização cultural e sofrimento emocional. Nesse contexto, a promoção da saúde mental exige não apenas intervenções clínicas, mas também ações voltadas para o enfrentamento das desigualdades sociais e para a valorização da diversidade cultural.

Diante desses desafios, as perspectivas para a atenção psicossocial apontam para a necessidade de fortalecimento das práticas interculturais. A interculturalidade propõe a construção de um diálogo respeitoso entre diferentes formas de conhecimento, reconhecendo que tanto a ciência quanto os saberes tradicionais possuem contribuições relevantes para o cuidado em saúde. Essa abordagem busca superar relações hierárquicas entre os sistemas de conhecimento e promover uma atuação baseada no respeito mútuo e na cooperação.

Nesse sentido, torna-se fundamental ampliar a formação intercultural dos profissionais de saúde. A inclusão de conteúdos relacionados às cosmologias indígenas, aos conhecimentos tradicionais, à antropologia da saúde e à diversidade cultural pode contribuir para uma atuação mais sensível às especificidades das comunidades tradicionais. Profissionais preparados para atuar em contextos interculturais tendem a desenvolver estratégias de cuidado mais eficazes, fortalecendo os vínculos com os usuários e promovendo uma assistência mais humanizada.

Outra perspectiva importante envolve o fortalecimento da participação comunitária nos processos de planejamento e gestão das políticas públicas. Quando as próprias comunidades participam da definição das prioridades e estratégias de intervenção, as ações tornam-se mais adequadas às necessidades locais e mais efetivas em seus resultados. A

valorização das lideranças comunitárias, dos anciãos, dos pajés, rezadores e demais agentes tradicionais de cuidado constitui uma estratégia essencial para a construção de modelos de atenção psicossocial verdadeiramente participativos.

Além disso, o fortalecimento das práticas de promoção da saúde mental deve incluir ações voltadas para a preservação cultural, a proteção dos territórios tradicionais e a valorização dos conhecimentos ancestrais. A realização de atividades culturais, o incentivo à transmissão dos saberes entre gerações e o reconhecimento das práticas tradicionais de cura contribuem para o fortalecimento da identidade coletiva e para a prevenção do sofrimento psíquico.

Por fim, a consolidação de uma atenção psicossocial efetiva para as comunidades tradicionais depende da construção de políticas públicas comprometidas com os princípios da equidade, da integralidade e da interculturalidade. Isso significa reconhecer que a saúde mental não pode ser dissociada das condições sociais, culturais, territoriais e espirituais que constituem a vida dessas populações. Somente por meio de ações integradas, participativas e culturalmente sensíveis será possível promover o bem viver, fortalecer a autonomia comunitária e garantir o direito à saúde em sua dimensão mais ampla e humanizada.

5.5 A atuação do assistente social na promoção da saúde mental dos povos indígenas: desafios e possibilidades para uma prática intercultural

A saúde mental dos povos indígenas não pode ser compreendida apenas a partir das categorias biomédicas ocidentais. Para muitas comunidades indígenas, saúde, doença, espiritualidade, território, ancestralidade e relações comunitárias constituem dimensões inseparáveis da vida. Assim, o sofrimento psíquico não é entendido apenas como uma condição individual, mas como um fenômeno que pode estar relacionado à perda do território, ao rompimento dos laços comunitários, ao preconceito, à violência, à negação da identidade cultural e à fragilização das formas tradicionais de cuidado.

A valorização da identidade cultural também constitui uma importante estratégia de promoção da saúde mental. Conforme argumenta Krenak (2019), os povos indígenas mantêm formas próprias de relação com a terra, a natureza e a coletividade que desafiam a lógica individualista predominante na sociedade ocidental. O fortalecimento das tradições, da memória coletiva, da espiritualidade e dos conhecimentos ancestrais contribui para a

preservação dos vínculos comunitários e para a construção de condições favoráveis ao bem viver. Nesse sentido, o assistente social pode colaborar com iniciativas que promovam o reconhecimento e a valorização das culturas indígenas, fortalecendo processos de autonomia e resistência.

Nesse contexto, a atuação do assistente social torna-se fundamental, pois sua intervenção está voltada para a garantia de direitos, o fortalecimento da cidadania e o enfrentamento das expressões da questão social que afetam diretamente a saúde mental dos povos indígenas. O profissional atua na mediação entre as comunidades indígenas e as políticas públicas, buscando assegurar acesso à saúde, assistência social, educação, habitação e demais direitos sociais.

Entretanto, essa atuação apresenta desafios significativos. Um dos principais é a predominância de modelos de atenção construídos a partir de uma lógica ocidental e biomédica, que muitas vezes desconsidera os saberes tradicionais indígenas. Em diversas situações, os serviços de saúde mental não reconhecem a importância dos pajés, dos rituais, das práticas espirituais e dos conhecimentos ancestrais como formas legítimas de cuidado. Essa realidade pode gerar conflitos entre profissionais e comunidades, dificultando a construção de vínculos e a efetividade das intervenções.

Outro desafio refere-se à formação profissional. Muitos assistentes sociais e demais trabalhadores da saúde não recebem capacitação específica para atuar em contextos interculturais, o que limita a compreensão das especificidades históricas, culturais e sociais dos povos indígenas. Além disso, persistem situações de racismo institucional e invisibilização dos saberes indígenas, reproduzindo desigualdades históricas que afetam diretamente o bem-estar dessas populações.

Por outro lado, existem importantes possibilidades para uma prática intercultural. A interculturalidade pressupõe o diálogo entre diferentes formas de conhecimento, reconhecendo que os saberes indígenas possuem legitimidade e devem participar da construção das estratégias de cuidado. Nessa perspectiva, o assistente social pode atuar como articulador entre os serviços públicos e as lideranças indígenas, promovendo ações que respeitem as formas próprias de organização social e de cuidado presentes nas comunidades.

Uma prática intercultural também implica fortalecer a participação indígena nos processos de decisão sobre as políticas públicas que lhes dizem respeito. O assistente social pode contribuir para a ampliação dos espaços de escuta, para o fortalecimento das redes comunitárias e para a valorização dos conhecimentos tradicionais, construindo intervenções que respeitem a autonomia e o protagonismo dos povos indígenas.

De acordo com Bredow e Dravanz (2010), a compreensão da saúde e da doença deve ultrapassar a visão restrita da ausência de enfermidades, reconhecendo que os processos de adoecimento são influenciados por fatores sociais, culturais, econômicos e políticos. Tal compreensão contribui significativamente para a análise da saúde mental indígena, considerando que diversas situações de sofrimento estão relacionadas à perda de territórios tradicionais, aos conflitos fundiários, à violência, ao racismo, à discriminação e às dificuldades de acesso às políticas públicas. Esses fatores afetam diretamente a qualidade de vida e o equilíbrio social das comunidades indígenas, produzindo impactos importantes na saúde mental coletiva.

Entre os desafios enfrentados pelo assistente social destaca-se a necessidade de construir intervenções que respeitem as especificidades culturais dos povos indígenas. Historicamente, as políticas públicas foram organizadas a partir de modelos universais e ocidentalizados, que frequentemente desconsideram os conhecimentos tradicionais e as formas próprias de cuidado existentes nas comunidades indígenas. Essa realidade contribui para a invisibilização dos saberes ancestrais e dificulta a construção de práticas de cuidado culturalmente adequadas.

Outro desafio importante refere-se à insuficiente formação dos profissionais para atuar em contextos interculturais. Muitas vezes, os trabalhadores das políticas sociais possuem pouco conhecimento sobre as cosmologias indígenas, suas formas de organização social e suas concepções de saúde e doença. Como consequência, podem surgir dificuldades de comunicação e compreensão entre os serviços públicos e as comunidades, comprometendo a efetividade das ações desenvolvidas.

Nesse sentido, a interculturalidade apresenta-se como uma importante possibilidade para a atuação profissional. A prática intercultural pressupõe o diálogo entre diferentes sistemas de conhecimento, reconhecendo a legitimidade tanto dos saberes científicos quanto dos saberes tradicionais indígenas. Assim, o assistente social pode contribuir para a construção de estratégias de cuidado que respeitem as especificidades culturais das comunidades, valorizando a participação de lideranças indígenas, pajés, rezadores e demais agentes tradicionais envolvidos nos processos de cura e cuidado.

Além disso, a atuação profissional deve estar fundamentada nos princípios da integralidade e da intersetorialidade. Segundo Bredow e Dravanz (2010), a integralidade do atendimento exige que o usuário seja compreendido em sua totalidade, considerando sua história de vida, suas necessidades e as múltiplas dimensões que influenciam sua condição de saúde. No caso dos povos indígenas, essa perspectiva implica reconhecer que a saúde mental

está relacionada não apenas ao indivíduo, mas também às relações comunitárias, ao território, à cultura e à espiritualidade.

Da mesma forma, a intersetorialidade constitui um elemento essencial para a promoção da saúde mental indígena. O enfrentamento das situações de vulnerabilidade requer a articulação entre diferentes políticas públicas, como saúde, assistência social, educação, habitação e proteção territorial. Conforme destacam as autoras, a construção de redes de cuidado possibilita respostas mais eficazes às necessidades da população, fortalecendo a cidadania e ampliando as condições de acesso aos direitos sociais.

Outro aspecto relevante apontado por Bredow e Dravanz (2010) refere-se à socialização da informação como instrumento de fortalecimento da autonomia dos sujeitos. No contexto indígena, essa estratégia assume grande importância, pois permite que as comunidades conheçam seus direitos, participem dos espaços de controle social e fortaleçam seu protagonismo na construção das políticas públicas que lhes dizem respeito. Nesse processo, o assistente social atua como mediador e facilitador do acesso à informação, contribuindo para a ampliação da participação social e do exercício da cidadania.

Portanto, a atuação do assistente social na promoção da saúde mental dos povos indígenas demanda uma prática comprometida com a interculturalidade, o respeito à diversidade cultural e a valorização dos saberes tradicionais. Mais do que garantir acesso aos serviços, o profissional é chamado a construir estratégias de intervenção que reconheçam as especificidades dos povos indígenas e fortaleçam sua autonomia, identidade cultural e participação social. Dessa forma, torna-se possível contribuir para a construção de uma atenção em saúde mental mais inclusiva, humanizada e efetivamente comprometida com a garantia de direitos e com a promoção da qualidade de vida dessas populações.

Nesse sentido, o documento produzido pela Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas (ABRASSPI) reforça que a atuação profissional junto aos povos indígenas demanda uma abordagem especializada, sensível e comprometida com o reconhecimento das especificidades culturais, sociais e históricas de cada povo. O texto evidencia que os espaços de atuação profissional são marcados por violações de direitos e violências institucionais, exigindo dos assistentes sociais o reconhecimento das particularidades presentes em cada território indígena.

A relação entre saúde mental e território aparece como um dos elementos centrais para compreender a realidade indígena. O documento da ABRASSPI destaca que o território não representa apenas um espaço físico, mas envolve dimensões culturais, espirituais e identitárias fundamentais para a reprodução da vida indígena. Dessa forma, a perda ou

ameaça aos territórios tradicionais produz impactos profundos sobre a saúde mental das comunidades, uma vez que compromete vínculos ancestrais, formas de organização social e práticas tradicionais de cuidado.

O texto também evidencia que o racismo estrutural constitui um dos principais determinantes das vulnerabilidades enfrentadas pelos povos indígenas. As práticas discriminatórias e a negação histórica de direitos contribuem para processos de exclusão social que afetam diretamente a saúde física e mental dessas populações. Nesse cenário, a atuação do assistente social não pode restringir-se ao atendimento das demandas imediatas, devendo assumir uma postura crítica e comprometida com a defesa dos direitos indígenas e o enfrentamento das desigualdades sociais.

Outro aspecto importante refere-se à necessidade de construção de práticas interculturais. A oficina promovida pela ABRASSPI ressaltou a importância de reconhecer que não existe uma única realidade indígena, mas uma diversidade de povos, culturas, línguas e formas de organização social. Tal compreensão é fundamental para a atuação profissional, pois impede a reprodução de intervenções homogêneas e possibilita a construção de estratégias de cuidado mais adequadas às especificidades de cada comunidade.

A proposta intercultural também implica reconhecer os povos indígenas como sujeitos ativos na construção das políticas públicas e das estratégias de cuidado. O documento enfatiza a importância da participação indígena na elaboração das políticas que impactam suas vidas, bem como a necessidade de desenvolver ações que considerem suas culturas, línguas e tradições. Nesse sentido, o assistente social atua não apenas como executor de políticas, mas como articulador de processos participativos que fortaleçam a autonomia e o protagonismo indígena.

Além disso, a experiência relatada pela ABRASSPI demonstra a relevância da presença de assistentes sociais indígenas nos diferentes espaços de atuação profissional. Segundo o documento, esses profissionais contribuem para aproximar as políticas públicas das realidades vividas pelas comunidades, favorecendo práticas mais sensíveis às especificidades culturais e territoriais dos povos indígenas. Tal aspecto reforça a importância de uma atuação profissional comprometida com a valorização dos saberes indígenas e com a superação das práticas historicamente marcadas pelo colonialismo e pela imposição cultural.

A atuação profissional junto aos povos indígenas requer ainda uma perspectiva intercultural, baseada no reconhecimento da diversidade cultural e na valorização dos conhecimentos tradicionais. Para Langdon (2005), a construção de práticas de saúde culturalmente adequadas depende da capacidade de dialogar com diferentes concepções de

saúde, doença e cura. Assim, o assistente social deve compreender que os sistemas indígenas de cuidado possuem legitimidade e desempenham papel fundamental na manutenção do bem-estar comunitário. Isso implica respeitar a atuação de pajés, xamãs, lideranças espirituais e demais detentores de conhecimentos ancestrais presentes nas comunidades.

A interculturalidade também exige o reconhecimento de que não existe uma única realidade indígena, mas uma diversidade de povos com histórias, línguas, cosmologias e formas próprias de organização social. Nesse sentido, a atuação profissional deve evitar práticas homogêneas e desenvolver intervenções construídas a partir das especificidades de cada contexto sociocultural. De acordo com a Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas (ABRASSPI, 2024), o trabalho profissional junto aos povos indígenas demanda sensibilidade para compreender as particularidades territoriais e culturais que influenciam as condições de vida e os processos de adoecimento dessas populações.

Um ponto relevante diz respeito à conexão das redes de proteção social. O profissional de serviço social desempenha um papel de intermediário entre as comunidades indígenas e as políticas públicas nas áreas de saúde, assistência social, educação e direitos. Seu objetivo é facilitar o acesso a serviços e reforçar os mecanismos de proteção social. Essa conexão é particularmente significativa frente às situações de vulnerabilidade social que impactam numerosas comunidades indígenas, refletindo diretamente em sua saúde mental.

Ademais, o especialista pode potencializar a participação dos indígenas e sua liderança nos âmbitos de supervisão social, como nas câmaras de saúde, encontros e debates. Ao promover o engajamento da comunidade, o assistente social ajuda a garantir que as comunidades indígenas sejam ouvidas na elaboração de políticas que afetam suas vidas e seus territórios. A promoção da saúde mental entre as populações indígenas demanda uma abordagem profissional que considere a integralidade, a intersetorialidade e a interculturalidade. A conexão entre os insights de Bredow e Dravanz (2010) e as reflexões da ABRASSPI revela que a saúde mental indígena está intimamente ligada à proteção de direitos, à conservação dos territórios, ao enfrentamento do racismo e ao reconhecimento das formas autônomas de organização e cuidado dentro das comunidades. Assim, o assistente social deve desenvolver práticas profissionais que valorizem a diversidade cultural, fortaleçam a autonomia dos povos indígenas e ajudem a implementar uma atenção à saúde mental que respeite a dignidade humana, promova a justiça social e assegure o bem-estar dos povos originários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo permitiu analisar de forma aprofundada a complexidade e a legitimidade das práticas tradicionais de cuidado desenvolvidas pelos povos indígenas, evidenciando suas contribuições insubstituíveis para a promoção da saúde mental e para a manutenção do bem viver. Por meio do percurso bibliográfico e documental fundamentado na interculturalidade crítica, evidenciou-se que a concepção de saúde mental para as populações originárias ultrapassa os limites biológicos e individuais estabelecidos pela racionalidade biomédica ocidental, configurando-se como o resultado dinâmico do equilíbrio entre o corpo, o espírito, a comunidade, o território e a natureza.

Os resultados obtidos permitem afirmar que o objetivo geral foi alcançado. Da mesma forma, os objetivos específicos também foram contemplados ao longo da pesquisa. Inicialmente, foram identificadas as principais práticas tradicionais de cuidado presentes nas comunidades indígenas, entre elas os rituais, as rezas, os cantos, a atuação dos pajés e xamãs, o uso de plantas medicinais, a transmissão oral dos conhecimentos ancestrais e a valorização da coletividade. Em seguida, discutiu-se a relação dessas práticas com a promoção da saúde mental, evidenciando que o cuidado indígena ultrapassa a dimensão biológica e compreende o equilíbrio entre corpo, espiritualidade, comunidade, natureza e território. Também foi possível compreender como as cosmologias indígenas orientam essas formas próprias de cuidado e, por fim, evidenciar as contribuições dos saberes tradicionais para o fortalecimento das políticas públicas de saúde e para a construção de práticas interculturais no âmbito do Sistema Único de Saúde.

A hipótese que orientou esta pesquisa também foi confirmada. Os estudos analisados demonstram que as práticas tradicionais de cuidado representam importantes estratégias de promoção da saúde mental, pois fortalecem a identidade cultural, a espiritualidade, os vínculos comunitários e o sentimento de pertencimento ao território. Além disso, evidenciou-se que o reconhecimento desses saberes amplia as possibilidades de construção de uma atenção à saúde mais integral, intercultural e comprometida com o respeito às especificidades culturais dos povos indígenas.

Ao longo da elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, foi possível aprofundar conhecimentos sobre as cosmologias indígenas, os modos próprios de produção do cuidado e os desafios enfrentados para a efetivação de políticas públicas culturalmente sensíveis. A construção desta pesquisa também representou uma trajetória de crescimento

acadêmico, profissional e pessoal, especialmente por estar relacionada à realidade vivenciada pela pesquisadora enquanto indígena do povo Xokó. Essa experiência reforçou o compromisso ético-político com a valorização dos saberes ancestrais, a defesa dos direitos dos povos indígenas e a produção de conhecimentos comprometidos com a justiça social.

Ademais, a investigação demonstrou o caráter central e ontológico do território para a integridade psíquica dos povos indígenas. A terra não representa um mero recurso econômico, mas sim um espaço sagrado de pertencimento, identidade e memória coletiva; logo, as ameaças aos direitos territoriais e a degradação ambiental repercutem diretamente como vetores de sofrimento ético-político e adoecimento mental das comunidades. No âmbito das políticas públicas, a análise do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) revelou que, apesar dos avanços normativos trazidos pela PNASPI, subsiste o desafio prático de superar a herança colonial e a medicalização excessiva nos serviços formais do SUS, demandando uma efetiva consolidação da atenção diferenciada e do diálogo horizontal entre a medicina ocidental e as cosmologias indígenas.

No que tange à dimensão profissional, o estudo elucida que a atuação do assistente social junto às comunidades tradicionais deve ser pautada pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, o qual exige um compromisso intransigível com os direitos humanos, com a justiça social e com a recusa a práticas tutelares ou etnocêntricas. Cabe ao assistente social atuar como um mediador intercultural, viabilizando o acesso às políticas sociais e de saúde mental enquanto atua na defesa da autonomia, do protagonismo e do respeito às formas próprias de organização e cura das comunidades originárias.

Embora a pesquisa tenha alcançado seus objetivos, algumas lacunas permanecem e poderão orientar estudos futuros. Destaca-se a necessidade de pesquisas empíricas que investiguem diretamente as experiências de diferentes povos indígenas em relação às práticas tradicionais de cuidado e à saúde mental, bem como estudos que analisem a atuação das equipes multiprofissionais e dos assistentes sociais nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), os desafios para a efetivação da interculturalidade nas políticas públicas e as estratégias desenvolvidas pelas próprias comunidades para fortalecer seus sistemas tradicionais de cuidado diante das transformações sociais contemporâneas.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para ampliar o debate acadêmico sobre a saúde mental dos povos indígenas, fortalecendo o reconhecimento das práticas tradicionais de cuidado como componentes essenciais da promoção da saúde e da garantia de direitos. Espera-se, ainda, que as reflexões apresentadas possam subsidiar a atuação de assistentes sociais, profissionais da saúde, pesquisadores, estudantes e gestores públicos na construção de

práticas e políticas comprometidas com a interculturalidade, o respeito à diversidade cultural e a valorização dos conhecimentos produzidos pelos povos originários

REFERÊNCIAS

ARANÃO, Giulia Deziró; OLIVEIRA, Samuel Pereira de; BERTON, Ani Fabiana; SANTOS, Edirlei Machado dos. Sofrimento mental nos povos indígenas: uma revisão integrativa da literatura. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 6, n. 11, p. 342-369, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n11p342-369.

ARTICULAÇÃO BRASILEIRA SERVIÇO SOCIAL E POVOS INDÍGENAS (ABRASSPI). **Serviço Social e povos indígenas**: subsídios para o trabalho profissional. Brasília, DF: ABRASSPI, 2024. Disponível em: https://cfess.org.br/cbas2025-assets/pdf/625-1286472_14_08_2025_15-52-33_6305_v4.pdf. Acesso em: 20 jun. 2026.

BARROS, Edir Pina de. **Saúde indígena, cosmologia e políticas públicas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BARROS, Edir Pina de. Saúde indígena, cosmologia e políticas públicas. In: CONGRESO VIRTUAL DE ANTROPOLOGÍA Y ARQUEOLOGÍA, 1., 1998, Ciberespacio. *Anais...* Ciberespacio: Equipo NAyA, 1998. Disponível em: http://www.naya.org.ar/congreso. Acesso em: 18 maio 2026.

BRASIL. Constituição (1988). **Proposta de Emenda à Constituição n.º 6***, de 2019*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1712459&filename=PEC+6/2019. Acesso em: 29 set. 2022.

BRASIL. Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 14 jun. 2026.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Instrução Normativa n.º 9, de 16 de abril de 2020. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 16 abr. 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-n-9-de-16-de-abril-de-2020-253343033. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cartilha de atenção psicossocial aos povos indígenas**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI)**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em: 14 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Povos e comunidades tradicionais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/equidade-em-saude/povos-e-comunidades-tradicionais. Acesso em: 14 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Secretaria Especial de Saúde Indígena. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [20--]. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai. Acesso em: 27 set. 2022.

BREDOW, Suleima Gomes; DRAVANZ, Glória Maria. Atuação do Serviço Social na saúde mental: entre os desafios e perspectivas para efetivação de uma política intersetorial, integral e resolutiva. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 229-241, jul./dez. 2010. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/7384/5785. Acesso em: 20 jun. 2026.

CARVALHO, Samira Tavares Alves et al. Estratégias de indigenização da saúde mental com povos indígenas do Nordeste brasileiro. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 45, e69728, 2023. DOI: https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v45i1.69728.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Saúde. **Saúde mental**. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: https://www.saude.df.gov.br/diretoria-saude-mental. Acesso em: 18 ago. 2025.

FRANCISCO, Priscila Maria Stolses Bergamo; ASSUMPÇÃO, Daniela de; BACURAU, Aldiane Gomes de Macedo; LEITÃO, Veronica Batista Gomes; MALTA, Deborah Carvalho. Doenças crônicas na população indígena não aldeada: dados da Pesquisa Nacional de Saúde, 2019. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 142, e8889, jul./set. 2024. DOI: https://saudeemdebate.org.br/sed/article/view/8889/1984

FIGUEIREDO, Eurídice. Eliane Potiguara e Daniel Munduruku: por uma cosmovisão ameríndia. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, Brasília, n. 53, p. 291-304, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/2316-40185312. Acesso em: 8 set. 2026.

FIOCRUZ. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Povo indígena Xokó de Caiçara / Ilha de São Pedro luta por demarcação de seu território tradicional e garantia de direitos fundamentais. Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, [s. d.]. Disponível em: https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/se-ultima-etnia-indigena-de-sergipe-os-xoco-kuara-da-ilha-de-sao-pedro-sofrem-por-falta-de-atendimento-medico-sanitario-e-educacional/ . Acesso em: 8 set. 2026.

GALVÃO, Sofia. A corporalidade dos povos indígenas na construção de sua organização social e cosmologia com relação à interação entre o mundo físico e espiritual. **Avesso: Pensamento, Memória e Sociedade**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 114-124, 2020. Disponível em: https://www.revistaavesso.com/. Acesso em: 18 maio 2026.

GONÇALO, Luís Felipe Cristaldo. Saúde mental indígena e políticas públicas: uma análise decolonial. **Revista Eventos Pedagógicos**. Sinop, 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Os indígenas no Censo 2022. **IBGE Educa**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/2848-nosso-povo/22324-os-indigenas-no-censo-2022.html. Acesso em: **8 set. 2026**.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Saúde indígena**. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Sa%C3%BAde_Ind%C3%ADgena. Acesso em: 20 nov. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Xokó. Povos Indígenas no Brasil. [S. l.]: Instituto Socioambiental, [s. d.]. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xok%C3%B3. Acesso em: 8 set. 2026.

MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990). São Paulo: Paulinas, 2012.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu:** palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANGDON, Esther Jean. A construção sociocultural da doença e seu desafio para as práticas de saúde. In: BARUZZI, Roberto G.; JUNQUEIRA, Carmen (org.). **Parque Indígena do Xingu:** saúde, cultura e história. São Paulo: Terra Virgem, 2005. p. 115-134.

SANTOS, Andresa Barros et al. O papel das práticas culturais indígenas na promoção da saúde mental comunitária. In: CONGRESSO REGIONAL DE NEUROLOGIA E NEUROCIÊNCIA APLICADA, 2025, Curitiba. **Anais**... Curitiba: Editora Cognitus, 2025. DOI: https://doi.org/10.71248/9786598599478-13. Disponível em: https://editoracognitus.com.br/captulo/10144-o-papel-das-praticas-culturais-indigenas-na-promocao-da-saude-mental-comunitaria. Acesso em: 20 jun. 2026.

SILVA, Maria Aparecida da et al. Saúde mental em contextos indígenas: escassez de pesquisas brasileiras, invisibilidade das diferenças. **Estudos de Psicologia**. Natal, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/epsic/a/8cWScCRZNYFkrbQw5LkwBTB/?lang=pt. Acesso em: 18 ago. 2025.

SILVA, Juliana Cândido da; SANTOS, Henrique Mendes dos. Serviço Social e saúde mental: atuação do assistente social na equipe multiprofissional. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. ano 4, ed. 10, v. 1, p. 106-120, out. 2019. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/servico-social. Acesso em: 18 ago. 2025.

WEISSMANN, Lisette. Multiculturalidade, transculturalidade, interculturalidade. **Construção Psicopedagógica.** São Paulo, v. 26, n. 27, p. 21-36, 2018.